



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS CONSOLIDADO - 2017

**Instituto Politécnico de Santarém e
Serviços de Ação Social**

junho de 2018

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM

Com 38 anos de existência, o Instituto Politécnico de Santarém tem-se afirmado cada vez mais tanto ao nível nacional como internacional, apesar das dificuldades financeiras e da grande crise que tem afetado o país.

Mas mesmo em tempo de crise é má política não apostar no desenvolvimento do Ensino Superior e na recuperação da economia do país. Portugal ainda está longe de atingir as metas estabelecidas na área do Ensino Superior relativamente à estratégia 2020.

Só com o apoio e a participação de todos, fomos capazes de superar as dificuldades que afetaram o Ensino Superior nos últimos tempos. Nos últimos quatro/cinco anos, tem havido um forte decréscimo do Orçamento de Estado e alguma instabilidade no Ensino Superior que, acrescida dos problemas demográficos e socioeconómicos dos agregados familiares, têm condicionado a evolução e a sustentabilidade das instituições do Ensino Superior, entre as quais o Instituto Politécnico de Santarém. Na realidade o orçamento de Estado correspondeu a 85% das despesas com pessoal.

Esta situação problemática tem sido superada pelo Instituto Politécnico de Santarém, em termos de evolução, desenvolvimento e sustentabilidade.

A presidência do Instituto tem mantido uma ação determinante e eficaz, em termos de gestão e de racionalização de recursos humanos e de equipamentos.

Na verdade e apesar de todas as conhecidas dificuldades, o Instituto logrou fazer mais com menos recursos em 2017, reduzindo os custos com o pessoal (feitos os ajustes decorrentes da evolução dos cortes dos salários) e também com as aquisições de bens e serviços, num processo gradual.

Um novo modelo de financiamento, com a atribuição de uma fórmula que inclui vários itens de qualidade, poderá oferecer alguma garantia no futuro. No entanto, dado que anualmente tem havido um decréscimo significativo do Orçamento de Estado, as Instituições de Ensino Superior já atingiram uma fase crítica em termos de sustentabilidade financeira.

Um dos principais problemas atuais ao nível de todo o Ensino Superior, é o decréscimo do número de estudantes e particularmente o abandono escolar.

No entanto, o Instituto Politécnico de Santarém tem concretizado vários objetivos com excelentes indicadores:

Um estudo sobre o impacto socioeconómico do IPSantarém na região indicou que por cada euro investido pelo Estado se obtém um retorno de 4,7 euros, o que confirma a importância da nossa instituição em termos sociais, económicos e de desenvolvimento.

Dados fornecidos pela Direção-Geral do Ensino Superior, indicam que o nosso Instituto está posicionado por 3 anos consecutivos em 3º lugar, em termos de menor nível de desemprego, entre os Politécnicos a nível Nacional.

Estes e outros indicadores são importantes para os futuros estudantes, nosso maior “capital”, pois estimulam à partida a opção pelo Instituto Politécnico de Santarém.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	4
2. MACRO AMBIENTE EXTERNO	5
3. IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO	7
3.1. Instituto Politécnico de Santarém	7
3.2. Serviços de Ação Social	12
4. REFERENCIAL ESTRATÉGICO DO GRUPO	14
4.1. Instituto Politécnico de Santarém	14
4.2. Serviços de Ação Social	14
5. INDICADORES DE ATIVIDADE DO GRUPO	16
6. RECURSOS HUMANOS	37
7. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA	45
8. CONCLUSÃO	62



1. INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão consolidado do Grupo IPSantarém descreve as principais atividades desenvolvidas pelas entidades que constituem o perímetro de consolidação, relativas ao exercício económico de 2017, dando cumprimento às disposições legais em vigor e procurando produzir informação acerca das atividades executadas no ano de 2017 e informação essencial para a avaliação interna e externa, designadamente nas áreas de missão do Instituto Politécnico de Santarém.

As entidades que compõem o perímetro de consolidação do Grupo IPSantarém são o Instituto Politécnico de Santarém (IPSantarém) e os Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Santarém (SASIPSantarém).

As demonstrações financeiras foram objeto de fiscalização e certificação legal.

Para uma análise a nível mais detalhado das atividades desenvolvidas deve ser consultado o relatório de gestão individualizado do Instituto Politécnico de Santarém e dos Serviços de Ação Social.

O Relatório está organizado em duas partes principais, de acordo com a metodologia e conteúdo que se descreve:

- Caracterização e missão das entidades consolidadas, orientações estratégicas e objetivos e principais atividades desenvolvidas;
- Informação sobre as áreas orçamental, patrimonial e financeira (balanço consolidado e demonstração de resultados consolidados).

Assim, o presente Relatório pretende ilustrar o empenho e dinamismo do IPSantarém na prossecução da sua missão e no cumprimento dos objetivos estratégicos a que se propôs para o ano de 2017.

2. MACRO AMBIENTE EXTERNO

No seguimento da Estratégia de Lisboa (2000), o Quadro Estratégico para a cooperação Europeia no Domínio da Educação e da Formação, aprovado em 12 de maio de 2009 pelo Conselho da União Europeia, sublinha o papel crucial da educação e da formação para o futuro da Europa, nomeadamente, na superação dos inúmeros desafios socioeconómicos, demográficos, ambientais e tecnológicos com que os cidadãos europeus são confrontados.

No documento “Europa 2020 – Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo”, elaborado em 3 de março de 2010, a Comissão Europeia define um conjunto de objetivos e propõe diversas iniciativas emblemáticas tendo em vista a criação de mais emprego, o desenvolvimento de melhores condições de vida e a preparação de um futuro sustentável.

Entre os objetivos quantificáveis propostos pela Comissão, que devem ser alcançados até 2020, destacam-se, pela sua relevância para as Instituições de Ensino Superior os seguintes:

- A obtenção de uma percentagem de emprego de 75% para a população situada entre os 20 e os 64 anos;
- O investimento de 3% do PIB da UE em Investigação e Desenvolvimento;
- O aumento da percentagem da população, com idade entre 30 e 34 anos, que completou o ensino superior de 31 % para, pelo menos, 40%.

A concretização destes objetivos implicará:

- A promoção da aprendizagem ao longo da vida e da mobilidade;
- A melhoria da qualidade e da eficácia da educação e da formação;
- A promoção da igualdade, da coesão social e da cidadania ativa;
- O incentivo da criatividade, da inovação e do empreendedorismo em todos os níveis da educação e da formação.

Para além disso, entre o governo português e as instituições de ensino superior públicas, foi assinado um “contrato de confiança” que reconhece o papel da educação e formação como um fator decisivo para o futuro de Portugal.

Esse documento, ainda não revogado, apesar de não ter sido cumprido por parte dos sucessivos governos, no que toca aos respetivos compromissos, estabelece as prioridades e os objetivos centrais para o desenvolvimento do Ensino Superior e pretende, garantir a existência de mais formação para mais alunos, através do reforço da abertura do ensino superior a novas camadas de estudantes jovens e à população ativa, proporcionando os apoios sociais necessários. Aponta, para o reforço da qualidade e da relevância das formações como modo de promover a empregabilidade. Procura definir estratégias para promover a ligação, cada vez mais íntima, entre o Ensino Superior e a vida económica, social e cultural do País, e promover e reforçar a internacionalização das instituições e o papel da atividade científica na sua condução estratégica.

Por outro lado, a publicação de dois importantes diplomas, trouxeram alterações muito significativas no funcionamento e no posicionamento dos Institutos Superiores Politécnicos. Referimo-nos, em concreto, respetivamente aos D.L. N.º 43/2014, o qual cria os Cursos Técnicos Superiores Profissionais e o D.L. N.º 36/2014 que cria o Estatuto do Estudante Internacional.

Estes documentos reforçam, as orientações da tutela, para o desenvolvimento do Ensino Superior Politécnico, porquanto:

- 1- A aposta na expansão dos cursos de formação curta de Ensino Superior;
- 2- O desenvolvimento da investigação aplicada, em ligação direta com o meio empresarial e industrial, com vista ao desenvolvimento científico e tecnológico do País e ao fomento da participação empresarial nas atividades de I&D das Instituições de Ensino Superior Politécnico;
- 3- A promoção da internacionalização do Ensino Superior a nível europeu, bem como do desenvolvimento de programas curriculares conjuntos à escala internacional, do estabelecimento de linhas de investigação conjuntas e da mobilidade de estudantes e docentes;
- 4- O envolvimento do Ensino Superior Politécnico no desenvolvimento do Ensino Politécnico nos Países de Língua Oficial Portuguesa e no aprofundamento de um Espaço Lusófono de Ensino Superior, em especial através da estimulação da mobilidade de estudantes e docentes e da aposta no ensino à distância.

Foi com o propósito de tomar como referência os princípios contidos nos documentos e na nova legislação produzida que atrás foram referidos que, o Instituto Politécnico de Santarém elaborou o seu Plano de Desenvolvimento Estratégico e iniciou os trabalhos de elaboração de um novo plano estratégico, documento o qual será o guia de referência das atividades, entre 2014 e 2020.

3. IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO

3.1. Instituto Politécnico de Santarém

Identidade e Missão

O IPSantarém é uma instituição de ensino superior politécnico público, ao serviço da sociedade, empenhada na qualificação de alto nível dos cidadãos, destinada à produção e difusão do conhecimento, criação, transmissão e difusão do saber de natureza profissional, da cultura, da ciência, da tecnologia, das artes, da investigação orientada e do desenvolvimento experimental, relevando a centralidade no estudante e na comunidade envolvente, num quadro de referência internacional.

O IPSantarém promove a cooperação institucional e a mobilidade efetiva de todos os seus agentes, tanto a nível nacional como internacional – designadamente no espaço europeu de ensino superior e na comunidade de países de língua portuguesa - participa em atividades de ligação à sociedade, de difusão, transferência e valorização económica de conhecimento e assegura o acesso dos cidadãos ao ensino superior e à aprendizagem ao longo da vida.

Enquadramento legal e atribuições

O Instituto Politécnico de Santarém (IPSantarém) foi criado em 1979 pelo D.L. N.º 513-T/79, de 26 de dezembro, tendo os seus primeiros estatutos sido aprovados pelo Despacho Normativo n.º 77/95, de 11 de outubro, publicados na 1.ª Série do *Diário da República* n.º 280, de 5 de dezembro. Em resultado da publicação da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, houve a necessidade de proceder a uma revisão desses estatutos no sentido de enquadrar o IPSantarém no novo regime jurídico das Instituições de Ensino Superior. Assim, os estatutos atualmente em vigor foram publicados no dia 4 de novembro de 2008 (*Diário da República*, 2.ª série – N.º214), tendo entrado em vigor no dia seguinte ao da publicação.

Do ponto de vista do respetivo enquadramento jurídico-institucional, o Instituto Politécnico de Santarém, obedece ao disposto no Decreto-Lei N.º 62/2007 de 10 de setembro, o qual fixa o Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior, seja quanto à respetiva forma organizativa, seja quanto às suas atribuições, seja quanto à competência dos seus órgãos de governo, seja, ainda, quanto às suas relações com a tutela e modo de fiscalização pública.

No que se refere ao pessoal docente, o IPSantarém regula-se pelo disposto no Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico, consagrado no Decreto-Lei N.º 185/81 de 1 de julho, revisto pelo Decreto-Lei N.º 207/2009, de 31 de agosto e alterado pela Lei n.º 7/2010 de 13 de maio.

Quanto ao pessoal não docente, regula-se pelos princípios que estão definidos na Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, que também se aplica subsidiariamente ao pessoal docente

O IPSantarém norteia a sua oferta formativa conferente de grau, seguindo os princípios contidos na Declaração de Bolonha, os quais conhecem a sua forma de lei, designadamente no disposto no Decreto-Lei N.º 42/2005 que define os princípios reguladores e os instrumentos para a criação do espaço europeu do ensino superior, no disposto no Decreto-Lei N.º 74/2006 de 24 de março e suas

posteriores alterações, que aprova o regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior e na Portaria n.º 30/2008 de 10 de janeiro, que define os princípios do suplemento ao diploma, previsto nos artigos 38.º a 42.º do Decreto-Lei N.º 42/2005 de 24 de março.

A atuação do IPSantarém é também regulada pelas competências conferidas à Agência Nacional de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, definidas no Decreto-Lei N.º 369/2007, de 5 de novembro, que também institui a Agência.

Na sequência do D. L. N.º 43/2014, em 2016 foi publicado o Decreto-Lei N.º 63/201, o qual veio aditar a regulamentação sobre os Cursos Técnicos Superiores Profissionais.

Neste sentido são atribuições do IPSantarém:

- A realização de ciclos de estudos visando a atribuição de graus académicos, bem como de outros cursos pós-secundários, de cursos de formação pós-graduada e outros, nos termos da lei;
- A criação do ambiente educativo adequado ao desenvolvimento da sua missão;
- A realização de investigação e o apoio e participação em instituições científicas;
- A transferência e valorização do conhecimento científico e tecnológico;
- A realização de ações de formação profissional e de atualização de conhecimentos;
- A prestação de serviços à comunidade e de apoio ao desenvolvimento;
- A cooperação e o intercâmbio cultural, científico e técnico com instituições congéneres, nacionais e estrangeiras;
- A contribuição para a cooperação internacional e para a aproximação entre os povos, em especial com os países de língua portuguesa e os países europeus, no âmbito da atividade do IPSantarém;
- A produção e difusão do conhecimento e da cultura.

Órgãos de governo e estrutura organizacional

De acordo com os estatutos do IPSantarém, são os seguintes, os órgãos de governo da instituição:

- Conselho Geral, este órgão é composto por 21 membros, dos quais seis, são personalidades externas de reconhecido mérito com experiência relevante para o Instituto;
- Presidente, de natureza nominal, o qual é o órgão superior de governo e de representação externa do instituto e que é coadjuvado por dois Vice-presidentes e por Pró-presidentes para o desenvolvimento e implementação de tarefas, projetos e atividades específicas;
- Conselho de Gestão, este órgão é composto, para além do Presidente do Instituto, por um vice-presidente e pelo administrador;
- O presente mandato presidencial é, também, coadjuvado por três Pró-Presidentes: o Pró-Presidente para a Política Educacional, o Pró-Presidente para a Promoção e Desenvolvimento Académico do Desporto e o Pró-Presidente para a Formação Empreendedorismo e Empregabilidade.
- Para a concretização da sua missão, o IPSantarém conta com cinco unidades orgânicas, designadas por Escolas Superiores:
 - Escola Superior Agrária de Santarém (ESAS);
 - Escola Superior de Desporto de Rio Maior (ESDRM);
 - Escola Superior de Educação de Santarém (ESES);
 - Escola Superior de Gestão e Tecnologia de Santarém (ESGTS);
 - Escola Superior de Saúde de Santarém (ESSS).

Para além destas unidades orgânicas, o Instituto conta ainda com outras unidades, designadamente:

- Unidade de Investigação, à qual compete coordenar a investigação científica no âmbito do Instituto, em articulação com as Escolas Superiores integradas;
- Unidade de formação pós-secundária e profissional, à qual compete, em articulação com as Escolas Superiores integradas, promover a formação não graduada e promover a articulação neste domínio com outras instituições;
- Unidade de apoio à empregabilidade e ao empreendedorismo, à qual compete fomentar e desenvolver as atividades de fomento do empreendedorismo, designadamente coordenar o concurso Poliempreeende, bem como tomar iniciativas no sentido da facilitação da empregabilidade dos alunos do IPSantarém;
- Unidade Biblioteca que tem como objetivo gerir e coordenar o acervo bibliográfico do Instituto, o Repositório Institucional do IPSantarém e os serviços específicos prestados aos seus utilizadores;
- International School que tem como objetivo promover a oferta formativa e captar estudantes internacionais.

Existem ainda outros elementos nucleares na concretização da missão do IPSantarém, como:

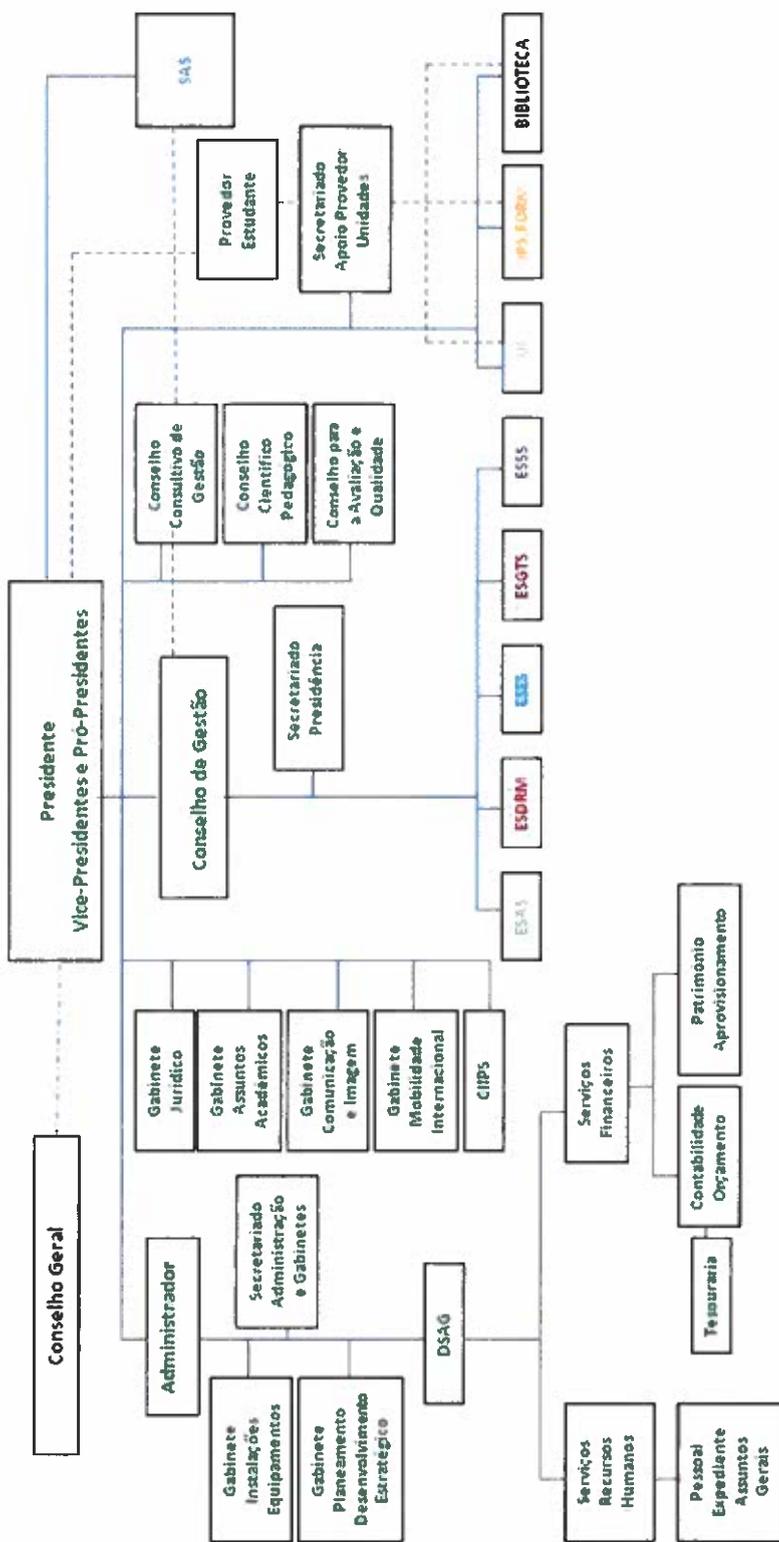
- O Conselho Científico Pedagógico que é um órgão que goza de competências próprias no âmbito científico ou técnico-científico e no âmbito pedagógico e tem como finalidade estabelecer formas de cooperação e articulação entre os conselhos técnico-científicos e os conselhos pedagógicos das Escolas, o conselho científico da unidade de investigação e a comissão técnico-pedagógica da unidade de formação pós-secundária;

- O Conselho para a Avaliação e Qualidade, o qual é responsável pelo estabelecimento dos mecanismos de autoavaliação regular do desempenho do Instituto, das suas unidades, bem como das atividades científicas e pedagógicas sujeitas ao sistema nacional de avaliação e acreditação;
- O Conselho Consultivo de Gestão cujas funções são as de apoiar o regular funcionamento do Instituto em matéria de natureza administrativa e financeira, bem como a gestão de recursos humanos;
- O Provedor do Estudante, responsável pela defesa dos direitos e legítimos interesses dos estudantes, desenvolvendo a sua ação em articulação com as associações de estudantes e com os órgãos e serviços do IPSantarém e com todas as suas unidades.

Para além das unidades orgânicas e outras unidades e dos organismos mencionados acima, os serviços centrais do IPSantarém são estruturados do seguinte modo:

- Administrador, o qual coordena os serviços do Instituto, sob a direção do presidente;
- Direção de Serviços de Administração Geral que compreende a Divisão Financeira e a Divisão de Recursos Humanos;
- Gabinete de Planeamento e Desenvolvimento Estratégico, que compreende o núcleo de planeamento e desenvolvimento estratégico e o núcleo de projetos;
- Gabinete Jurídico;
- Gabinete de Instalações e Equipamento;
- Gabinete de Assuntos Académicos;
- Gabinete de Comunicação e Imagem;
- Gabinete de Mobilidade e Cooperação Internacional;
- Gabinete de Avaliação da Qualidade;
- Centro de Informática;
- Serviços de Apoio à Presidência.

Organograma do Instituto Politécnico de Santarém



3.2. Serviços de Ação Social

Missão, visão e valores

Os Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Santarém têm por missão *“assegurar as funções da ação social escolar através da criação de condições de equidade social no acesso ao ensino superior e a prática de uma frequência bem-sucedida, especialmente dos estudantes economicamente mais carenciados, mediante a concessão de apoios sociais e a prestação de serviços de qualidade”*.

Os SASIPSantarém, no quadro de desenvolvimento das suas atribuições e tendo presente a procura de níveis superiores de excelência na organização e gestão dos serviços e na satisfação dos seus clientes, adotam como sua visão:

- Promover o acesso e a inclusão plena dos estudantes nas Escolas Superiores do Instituto Politécnico de Santarém.

A concretização da missão e da visão pressupõe o respeito por valores corporativos e princípios que identificam os SASIPSantarém e definem a maneira de atuar e de se relacionar com as partes interessadas.

Os valores por que se pauta a atuação dos SASIPSantarém são: Equidade, Igualdade de oportunidades, Integridade e Responsabilidade.

Enquadramento legal e atribuições

Conforme decorre do quadro jurídico estabelecido pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior e Estatutos do Instituto Politécnico de Santarém, os SASIPSantarém são uma unidade do Instituto Politécnico de Santarém dotada de autonomia administrativa e financeira. Desenvolvem a sua atividade em obediência ao diploma supra citado e, ainda, ao Decreto-Lei n.º 129/93, de 22 de abril, Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto, Estatutos do Instituto Politécnico de Santarém homologados pelo Despacho normativo n.º 56/2008, de 23 de Outubro do Ministro da Ciência Tecnologia e Ensino Superior, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 214 de 4 de Novembro e Regulamento Interno dos SASIPSantarém, anexo ao Regulamento n.º 806/2010, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 206, de 22 de Outubro.

Têm como objetivos proporcionar aos estudantes das escolas superiores que integram o Instituto Politécnico de Santarém (Escola Superior Agrária, Escola Superior de Educação, Escola Superior de Gestão e Tecnologia, Escola Superior de Saúde e Escola Superior de Desporto de Rio Maior), cuja população escolar, no ano letivo de 2015/16 ronda os 3700 alunos, melhores condições de estudo através da concessão de apoios sociais diretos e indiretos.

As modalidades de apoio direto são: bolsas de estudo e auxílios de emergência.

Integram as modalidades de apoio social indireto: o acesso à alimentação, alojamento, a serviços de saúde, o apoio a atividades desportivas e culturais e o acesso a outros apoios educativos.

Órgãos de governo e estrutura organizacional

Os órgãos dos Serviços de Ação Social são o Conselho de Ação Social e o Administrador.

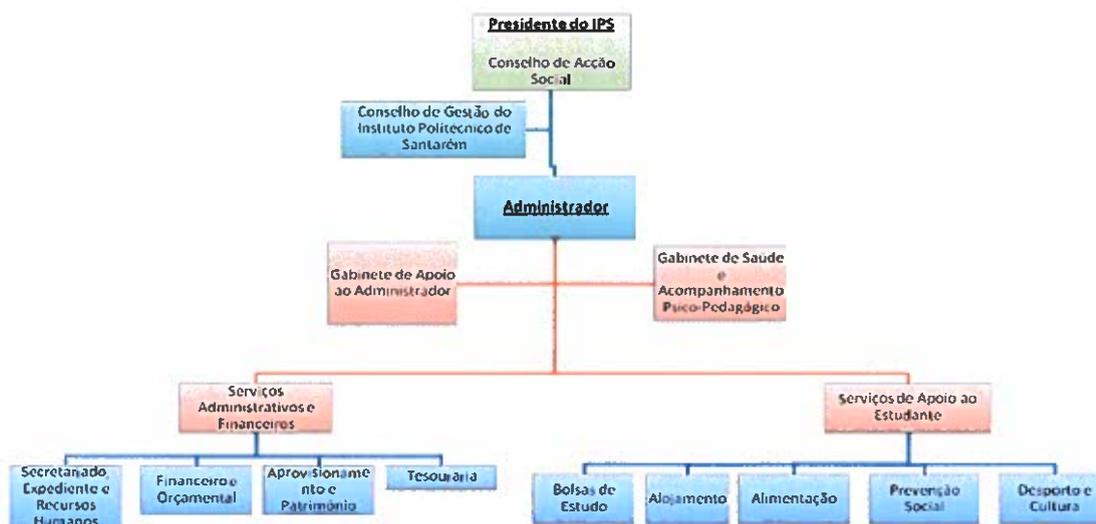
Têm também competência no âmbito das atribuições dos SASIPSantarém, de acordo com o previsto na lei e nos Estatutos do Instituto o Presidente e o Conselho de Gestão do Instituto.

Nos termos do n.º 1 do artigo 85.º dos estatutos do Instituto e n.º 2 do artigo 82.º, do Regulamento Interno dos SASIPSantarém compete, respetivamente, ao administrador dos Serviços de Ação Social a gestão corrente dos serviços e ao conselho de gestão do Instituto a gestão financeira dos mesmos. Para cumprimento da sua missão os SASIPSantarém desenvolvem as suas competências através de:

- Serviços Administrativos e Financeiros;
- Serviços de Apoio ao Estudante;
- Gabinete de Saúde e Acompanhamento Psicopedagógico;
- Gabinete de Apoio ao Administrador.

Em cumprimento do Despacho n.º 27/2011 do Presidente do Instituto, de 2 de março, o setor Financeiro e Orçamental dos SASIPSantarém foi integrado no setor de Contabilidade do Instituto. Foi ainda constituída uma tesouraria única nos Serviços Centrais, para todo o Instituto, que englobou a tesouraria dos Serviços de Ação Social.

O organograma dos SASIPSantarém é o seguinte:



4. REFERENCIAL ESTRATÉGICO DO GRUPO

4.1. Instituto Politécnico de Santarém

O plano de atividades de 2017, foi estruturado em torno dos eixos estratégicos que foram considerados fundamentais no plano estratégico do Instituto Politécnico de Santarém.

Estes mesmos eixos estratégicos são integrados por diferentes objetivos, os quais carecem que sejam desenvolvidos por um conjunto de ações, de modo a que possam ser concretizados.

Assim, foram levadas em conta as seguintes perspetivas estratégicas:

1. Mercado / Sociedade, focalizado sobretudo na oferta formativa e na captação de alunos.

Contempla as seguintes Linhas de Orientação Estratégica:

- LOE 01 – Recentrar a oferta de ensino;
- LOE 02 – Promover um maior envolvimento do IPSantarém com a comunidade;
- valorizando-o como Pólo de Desenvolvimento da Região e do País;
- LOE 03 – Estimular a Mobilidade e a Internacionalização;
- LOE 04 – Atrair Estudantes.

2. Financeira, centrada nos termos relacionados com o equilíbrio e a sustentabilidade financeira do IPSantarém. Contempla as seguintes Linhas de Orientação Estratégica:

- LOE 05 – Equilibrar os resultados económicos;
- LOE 06 – Manter uma estrutura financeira equilibrada;
- LOE 07 – Diversificar as fontes de financiamento.

3. Processos Internos, onde se enfatiza a eficiência dos serviços e a adequada gestão dos recursos. Contempla as seguintes Linhas de Orientação Estratégica:

- LOE 08 – Melhorar a gestão dos recursos;
- LOE 09 – Promover melhorias no modelo de informação para a gestão;
- LOE 10 – Desenvolver cultura de qualidade.

4. Desenvolvimento Organizacional, orientada para a gestão estratégica das pessoas, comunicação e informação. Contempla as seguintes Linhas de Orientação estratégica:

- LOE 11 – Promover a valorização das pessoas, suas competências e iniciativas;
- LOE 12 – Flexibilizar o modelo organizacional.

4.2. Serviços de Ação Social

Eixos estratégicos

Os eixos estratégicos que funcionaram como referenciais para a formulação dos objetivos operacionais do QUAR são: promover o acesso aos apoios sociais, racionalizar procedimentos e melhorar a satisfação dos clientes.

Os objetivos estratégicos e os objetivos operacionais delineados, no contexto de concretização das orientações estratégicas preconizadas, são os seguintes:

Quadro 1. Relação Objetivos Estratégicos/Objetivos operacionais

Objetivos estratégicos	Objetivos operacionais
<p>1. Melhorar o acesso aos apoios sociais</p> <p>2. Oferecer novas atividades nas áreas da saúde, desporto e cultura</p> <p>3. Desenvolver parcerias no âmbito dos apoios sociais</p> <p>4. Melhorar os processos com vista à eficiência, qualidade, inovação e segurança</p> <p>5. Implementar um Sistema de Garantia da Qualidade</p> <p>6. Formar os recursos humanos</p> <p>7. Racionalizar custos</p> <p>8. Captar receitas</p> <p>9. Conservar os edifícios e os equipamentos</p>	<p>1.1. Cumprir os prazos regulamentares de comunicação dos resultados de candidatura a bolsas de estudo;</p> <p>1.2. Disponibilizar a candidatura a alojamento online ao universo das Escolas do Instituto;</p> <p>1.3. Desenvolver o sistema de informação de candidatura a bolsa de estudo e alojamento;</p> <p>1.4. Consolidar o Fundo de Apoio Social para atribuição de Bolsas de Colaboração aos estudantes do Instituto.</p> <p>2.1. Reforçar a oferta de consultas no âmbito do gabinete de Acompanhamento Psicopedagógico; Organizar sessões temáticas;</p> <p>2.2. Continuar a desenvolver e aprofundar, em conjunto com os SC do Instituto o estudo sobre o abandono e insucesso escolar;</p> <p>2.3. Diversificar a oferta de atividades desportivas.</p> <p>3.1. Desenvolver novos acordos de cooperação/parcerias no âmbito da alimentação, dos serviços de saúde e do desporto.</p> <p>4.1. Consolidar o sistema informático de gestão documental;</p> <p>4.2. Racionalizar recursos (humanos e financeiros) através da partilha de serviços com o Instituto;</p> <p>4.3. Consolidar o sistema de controlo eletrónico de assiduidade;</p> <p>4.4. Racionalizar custos;</p> <p>4.5. Aperfeiçoar o sistema de gestão integrada das unidades alimentares;</p> <p>4.6. Melhorar o sistema de marcação de refeições;</p> <p>4.7. Desenvolver simulacros de incêndio nas residências de estudantes.</p> <p>5.1. Concretizar a implementação nos SASIPSantarém do sistema de gestão de qualidade, no âmbito do projeto em desenvolvimento no Instituto;</p> <p>5.2. Garantir a qualidade de processos e procedimentos.</p> <p>6.1. Desenvolver um plano de formação dos colaboradores dos SASIPSantarém;</p> <p>6.2. Cumprir rigorosamente o SIADAP.</p> <p>7.1. Desenvolver atividades no sentido de reduzir custos de funcionamento das unidades residenciais e alimentares.</p> <p>8.1. Incrementar o desenvolvimento de atividades para aumentar as receitas próprias.</p> <p>9.1. Melhorar e conservar os edifícios existentes;</p> <p>9.2. Assegurar a manutenção dos equipamentos, mobiliário e viaturas.</p>

5. INDICADORES DE ATIVIDADE DO GRUPO

Instituto Politécnico de Santarém

De entre os eixos estratégicos enunciados destacam-se os objetivos e atividades desenvolvidas nos eixos estratégicos, melhoria do serviço prestado aos alunos, reforço das atividades de investigação e desenvolvimento e estímulo à mobilidade e à internacionalização. Como já foi referido na introdução, uma informação mais completa e detalhada pode ser consultada no Relatório de Atividades de 2017 do Instituto Politécnico de Santarém.

Ensino - Estudantes e colocações

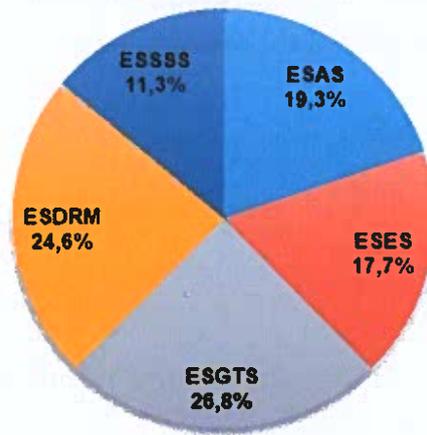
Em resultado de todas as dinâmicas levadas a efeito, relativas aos vários tipos de cursos, conferentes e não conferentes de grau, o IPSantarém, no ano letivo 2015/2016 e no ano letivo de 2016/2017, contou, respetivamente, com 3725 alunos e 3699, repartidos pelas suas diferentes Escolas.

Estes números representam um ligeiro acréscimo relativamente ao ano letivo de 2014/2015, verificando-se uma inversão da tendência continuada de perda de alunos, observada nos últimos anos.

No quadro seguinte apresenta-se a desagregação dos dados por cada uma das unidades orgânicas.

Número Global de Alunos						
Escolas	2011/2012	2012/13	2013/14	2014/15	2015/2016	2016/2017
ESAS	806	830	865	803	740	717
ESES	872	858	757	702	676	656
ESGTS	1196	1121	902	886	917	995
ESDRM	755	772	765	788	878	910
ESSS	440	478	501	496	514	421
Total	4069	4059	3790	3675	3725	3699

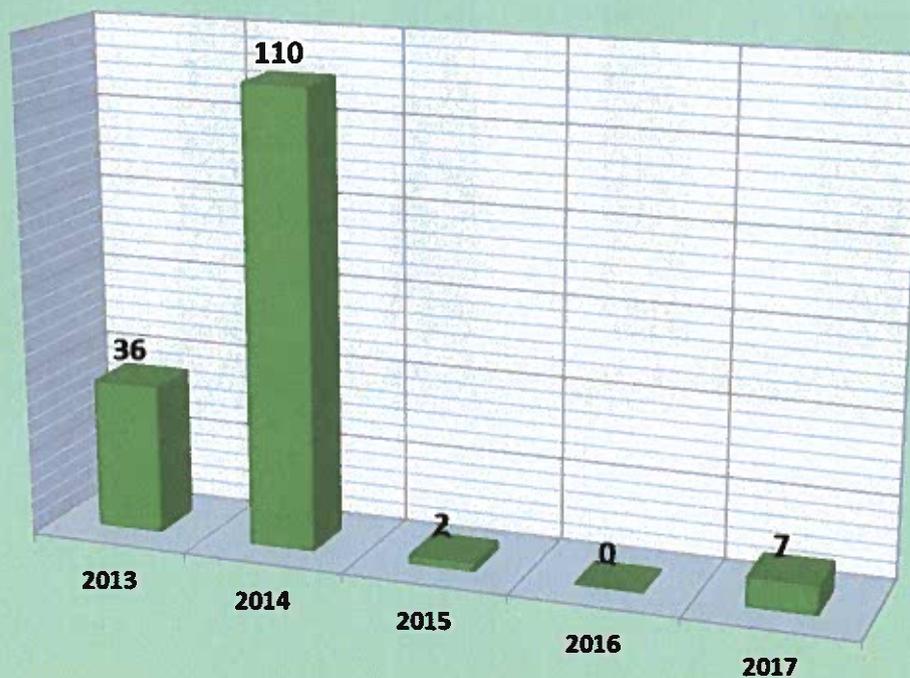
**Número Global de Alunos
2016/2017
Peso das Escolas**



Mobilidade e internacionalização

O desenvolvimento de uma ampla e diversificada rede de acordos institucionais, é condição prévia para o aumento e desenvolvimento do fluxo de estudantes recebidos e, particularmente, de estudantes enviados.

Número de Acordos Bilaterais Erasmus Celebrados



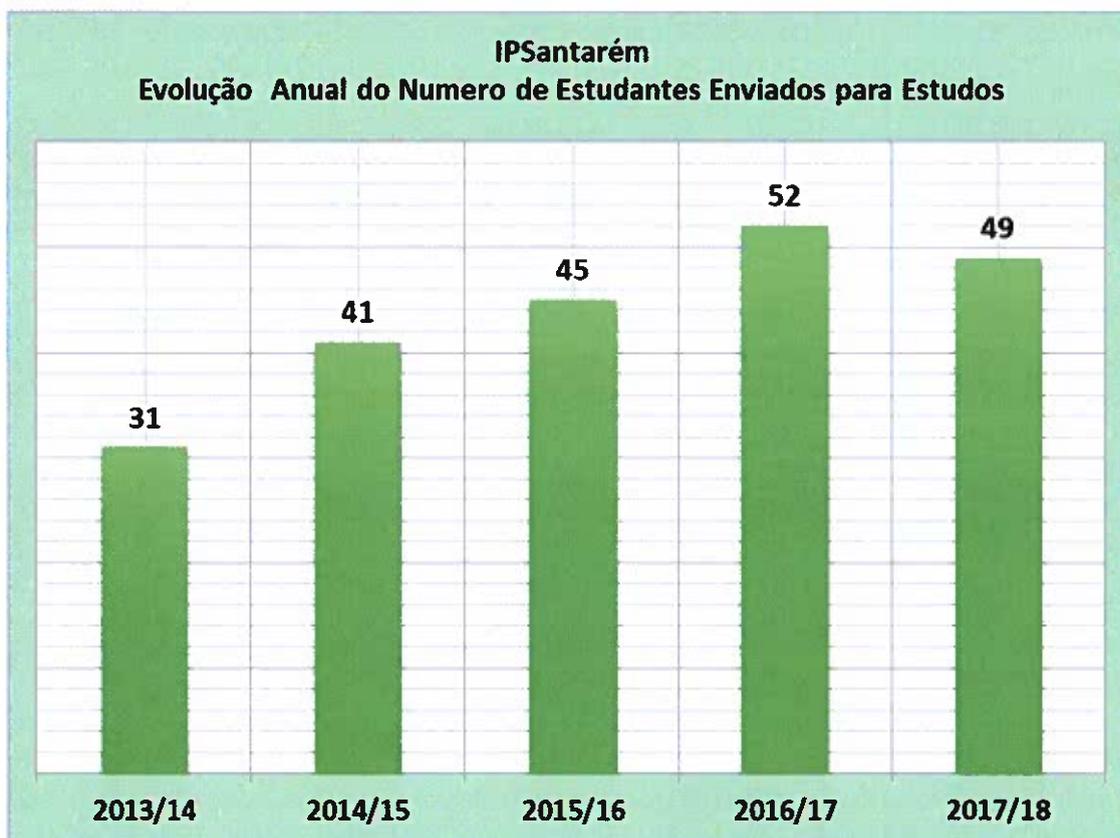
Em 2017 foram assinados mais sete novos acordos bilaterais, mantendo-se em vigor os existentes que foram assinados para o período de vigência do programa Erasmus + 2014-2021.

De referir que em 2014, com a entrada em vigor do programa Erasmus+, todos os acordos existentes perderam a respetiva validade, pelo que foi necessário proceder a novas assinaturas. Deste modo no ano 2014 foram assinados, 110 acordos bilaterais, sob novo formato, destinados ao programa Erasmus.

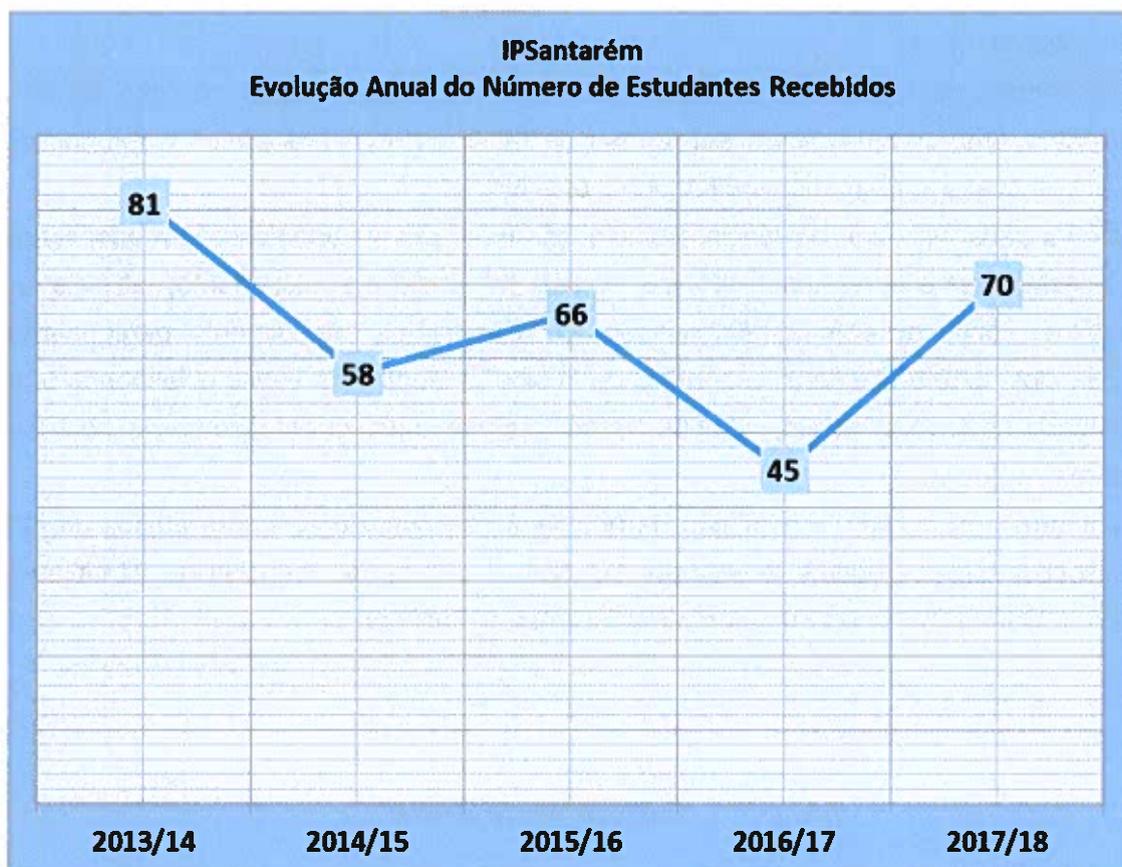
Estes dados revelam que a rede de instituições internacionais de acolhimento dos nossos alunos, se consolida a um ritmo bastante aceitável.

Estudantes Outgoing

Quanto ao fluxo de estudantes enviados para o exterior no ano letivo de 2017/18, foram enviados em mobilidade Erasmus, 61 estudantes.



Estudantes Incoming



No ano letivo de 2017/18 foram recebidos neste Instituto 70 estudantes.

Serviços de Ação Social - Atividades

Bolsas de Estudo

Um dos objetivos dos SASIPSantarém consiste na atribuição de bolsas de estudo a estudantes carenciados.

A bolsa de estudo é uma prestação pecuniária para comparticipação nos encargos com a frequência de um curso ou com a realização de um estágio profissional obrigatório, atribuída, a fundo perdido e no respetivo ano letivo, sempre que o estudante não disponha de um nível adequado de recursos financeiros.

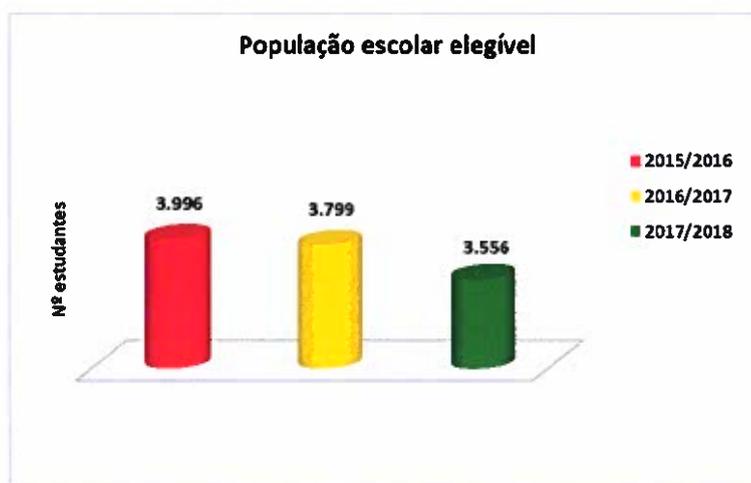
No ano letivo 2017/18 o processo de atribuição de bolsas de estudo decorreu nos termos do Despacho n.º 8442-A/2012, do Secretário de Estado do Ensino Superior, que aprova o Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior, alterado e republicado pelo Despacho n.º 5404/2017, publicado no DR, 2.ª série, n.º 118, de 21 de junho de 2017.

As candidaturas, para o ano letivo correspondente, são apresentadas no período de 25 de junho a 30 de setembro, na Plataforma SICABE, da DGES. Porém, nos termos do n.º 2 do artigo 28.º do Regulamento supracitado, o requerimento para atribuição de bolsa de estudo pode, ainda, ser apresentado entre 1 de outubro e 31 de maio, recebendo o bolseiro o valor proporcional ao período de atribuição da bolsa.

Trata-se de uma das atividades dos SASIP Santarém com maior relevância, não só em termos de verbas envolvidas, como também em termos de recursos humanos afetos e tempos de trabalho, sendo um processo extremamente dinâmico e envolvente.

Também foi dada especial relevância à divulgação junto dos estudantes das modalidades de apoio social, designadamente a atribuição de bolsas de estudo e alojamento, através de folhetos informativos, contactos com as Associações de Estudantes, atendimento personalizado, página eletrónica dos SASIP Santarém e e-mail, de molde a aumentar substancialmente o número de candidatos a bolseiro e, assim, contribuir para tornar extensível este benefício social a todos os estudantes carenciados.

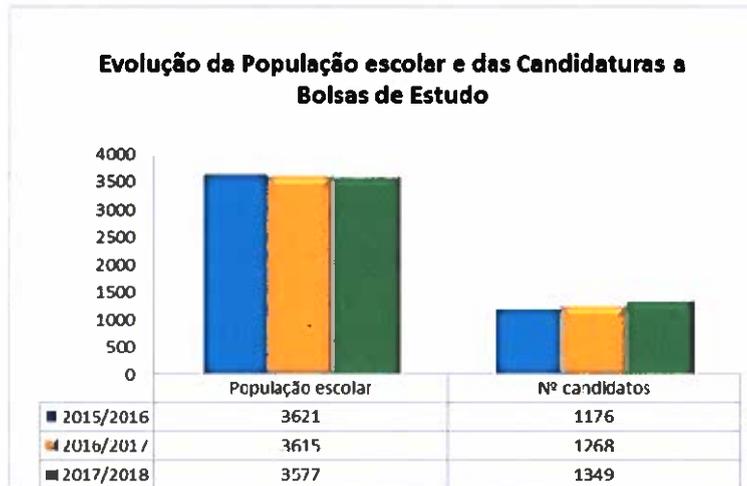
Apresentamos, de seguida, a evolução da população escolar elegível para efeitos de atribuição de apoios sociais diretos, bolsas de estudo, (1º ciclo – cursos de licenciatura, 2º ciclo - cursos de mestrado e Cursos Técnicos Superiores Profissionais – TeSP's).



Fonte: Serviços Centrais do Instituto.

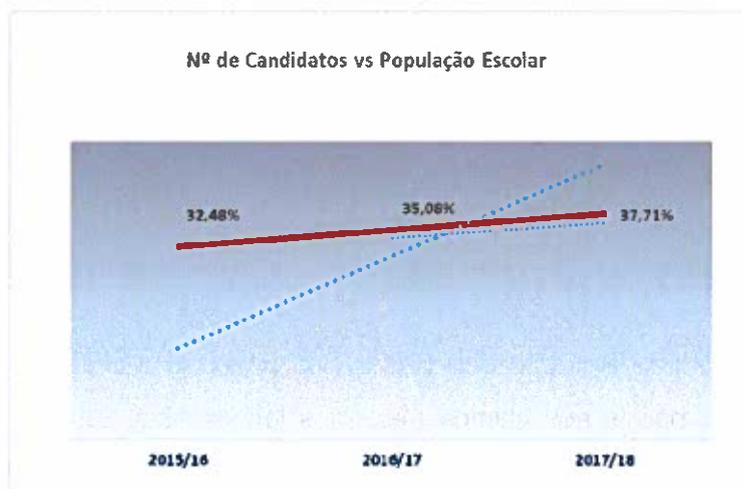
Como se pode constatar, a população escolar do IPSantarém tem vindo a decrescer nos últimos anos letivos.

No que se refere à candidatura a bolsa de estudo a evolução consta do quadro seguinte.

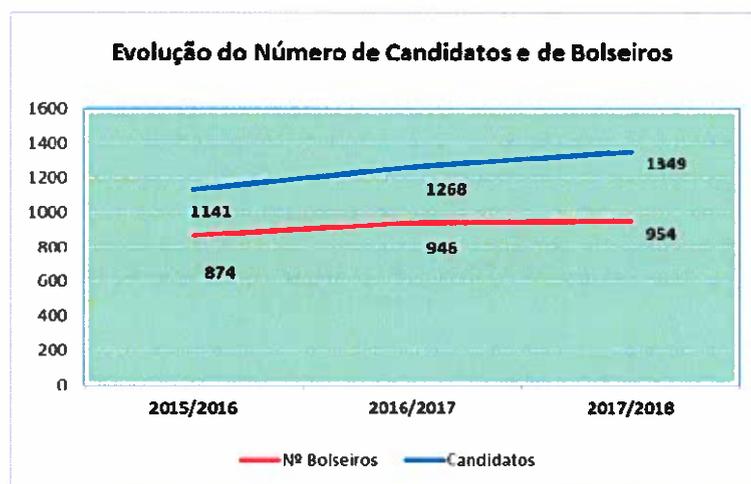


De acordo com os dados apurados a 2 de março de 2018, antes de encerrado o ano letivo em curso, a taxa de candidatura a bolsas de estudo no IPSantarém é de 37,70%.

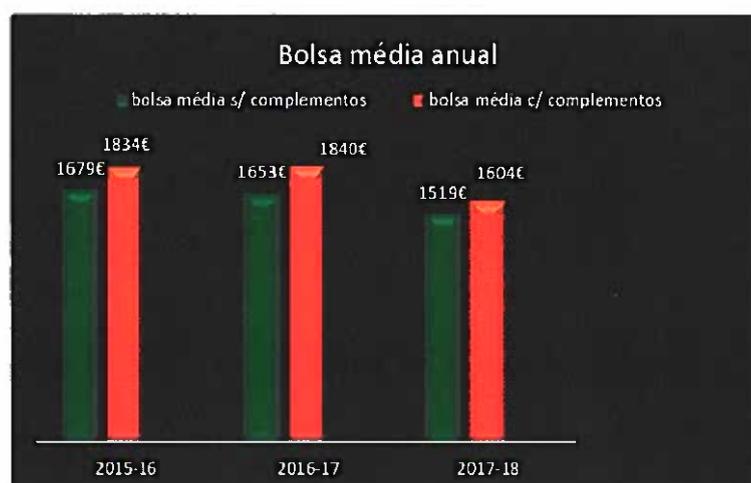
Importa, todavia, referir que nos termos do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo podem ser efetuadas candidaturas até 31 de maio de 2018.



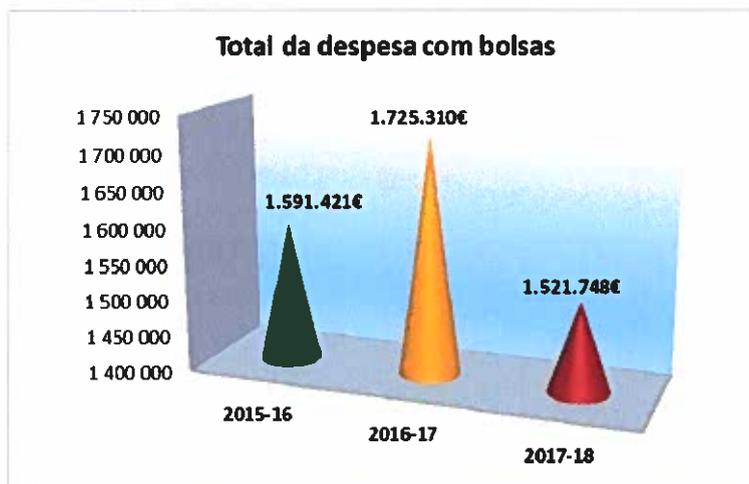
No que diz respeito ao número de bolsas atribuídas, verificou-se também uma evolução mais favorável, como se pode verificar no gráfico seguinte.



Por sua vez, o valor da bolsa média anual no presente ano letivo de 2017/18, até à presente data, é inferior ao registado nos anos letivos anteriores. A bolsa média anual, sem complementos, foi de 1.519€ contra 1653€ no ano letivo de 2016/17.



O valor total de bolsas pagas nos últimos três anos letivos está retratado no gráfico seguinte. O montante referente a 2017/2018 corresponde ao valor estimado a pagar, uma vez que o processo ainda não está encerrado.



Auxílios de Emergência

Os auxílios de emergência são apoios atribuídos aos estudantes, a título excepcional, para fazer face a situações económicas especialmente graves que ocorram durante o ano letivo e não enquadráveis no âmbito do processo normal de atribuição de bolsa de estudo.

No ano letivo 2017/18 ainda não foram solicitados auxílios de emergência.

APOIO SOCIAL INDIRETO

Alimentação

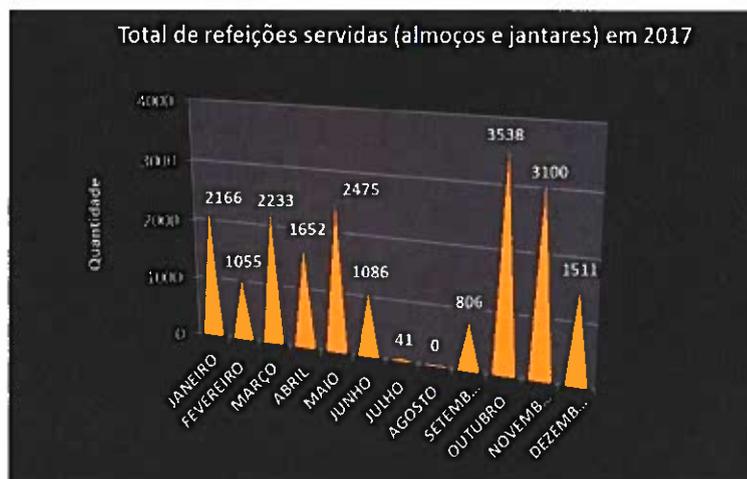
Os SASIP Santarém têm a seu cargo quatro refeitórios (Complexo Andaluz, S. Pedro e Escola Superior de Saúde e Escola superior de Desporto de Rio Maior) e cinco *snack-bars* (nas Escolas Superiores Agrária, de Educação, de Gestão e Tecnologia, de Saúde e de Desporto de Rio Maior). O fornecimento de refeições está adjudicado a uma empresa privada, na sequência de concurso público com publicação internacional.

As fotos seguintes ilustram os refeitórios da Escola Superior de Desporto de Rio Maior e do Complexo Andaluz.



No ano de 2017, foram fornecidos almoços e jantares nos refeitórios do Complexo Andaluz e de S. Pedro. Nos refeitórios das Escolas Superiores de Saúde e de Desporto de Rio Maior apenas foram servidos almoços.

A distribuição mensal do número de refeições servidas consta do quadro seguinte.



O número de refeições servidas em cada um dos refeitórios nos últimos três anos foi o seguinte:

Refeitório	2015	2016	
Andaluz	7.275	6.458	6.254
S. Pedro	1.696	2.041	3.148
Escola de Saúde	1.084	1.612	2.101
Escola de Desporto	6.358	6.947	8.160
TOTAL	16.413	17.058	19.663

O preço unitário da refeição para os estudantes é, atualmente, de 2,55€ para refeição adquirida com, pelo menos, 24 h de antecedência e de 2,65€ para refeição adquirida no próprio dia.

Os snack-bars, concessionados à empresa adjudicatária dos refeitórios, praticam, no que respeita aos produtos essenciais, preços negociados pelos SASIPSantarém de modo a serem mais favoráveis aos estudantes.

Alojamento

Os SASIPSantarém têm a seu cargo três residências de estudantes, uma sita no Complexo Andaluz, com 153 camas e outra em S. Pedro (no *campus* da Escola Superior Agrária de Santarém) com 103 camas, ilustradas nas fotos seguintes.



A terceira residência de estudantes, denominada de Pedro Álvares Cabral, situada no Centro Histórico de Santarém, tem capacidade para 25 camas.



A taxa de ocupação das residências de estudantes, em dezembro de 2017, encontra-se expressa no quadro a seguir apresentado.

A handwritten signature in blue ink, consisting of stylized letters.

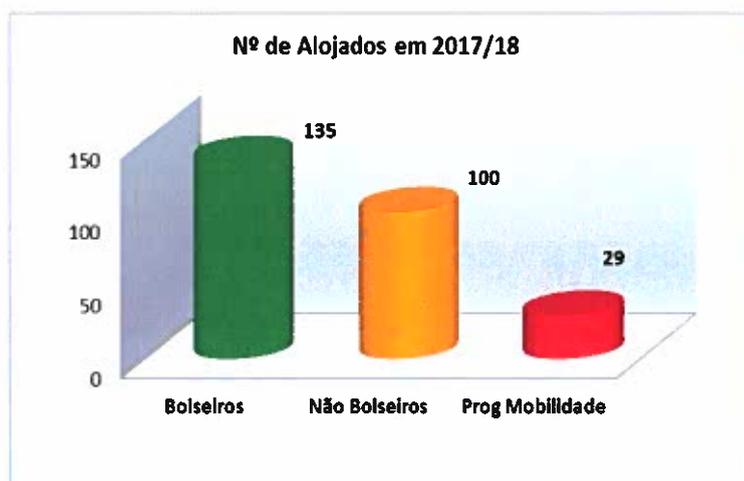
TAXAS DE OCUPAÇÃO DAS RESIDÊNCIAS

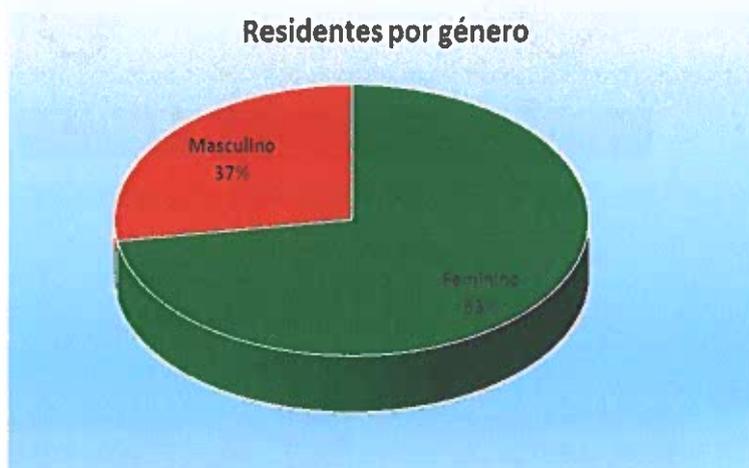
Residência	Tipo de Alojamento			Ocupação	
	Ind.	Duplo	Total camas	Camas	%
ANDALUZ	43	55	153	148	97
S. PEDRO	25	39	103	96	93
PEDRO Á. CABRAL	1	12	25	19	76
TOTAL	69	106	281	263	94

Como se depreende do quadro anterior, as residências de estudantes têm uma boa taxa de ocupação. No mês de agosto estão encerradas para manutenção.

Relativamente aos residentes, pode-se constatar que as residências de estudantes são ocupadas, maioritariamente, por estudantes do sexo feminino.

No ano de 2017 a taxa de ocupação dos estudantes não bolseiros foi bastante significativa, aproximando-se dos bolseiros, como se pode verificar no gráfico seguinte.





Tal como no ano letivo anterior o preço mensal do alojamento, por cama, em 2017/18 é de 73,73€ para os estudantes bolseiros. Por sua vez, o custo mensal do alojamento para estudantes não bolseiros e estudantes em mobilidade, em quarto duplo, é de 100,00€ e, em quarto individual, de 118,00€.

A candidatura a alojamento é feita anualmente, on-line, através da Plataforma SIGARRA.

Serviços de saúde

Os SASIPSantarém garantem aos estudantes do Instituto Politécnico de Santarém o acesso a cuidados de saúde através de protocolo de cooperação celebrado com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, que permite o acesso preferencial dos estudantes das escolas superiores do Instituto a cuidados de saúde primários nas Unidades de Saúde Familiares de Santarém e de Rio Maior.

Existe também um protocolo com o Instituto Português da Juventude, que permite aos estudantes o acesso a consultas nas áreas da Saúde e Sexualidade juvenil, Psicologia clínica/consumos e Nutrição.

No âmbito do projeto "*Ganhar uma Juventude com Saúde*" funciona nos SASIPSantarém o Gabinete de Acompanhamento Psicopedagógico (GAPP) que tem como objetivos apoiar os estudantes na condução do seu projeto de formação, refletir sobre estratégias de gestão de stress e ansiedade e desenvolver estratégias para melhorar o desempenho.



GABINETE DE SAÚDE E ACOMPANHAMENTO PSICOPEDAGÓGICO (GSAPP)

Área de Acompanhamento Psicopedagógico

Objetivos:

- Apoiar os estudantes na condução do seu projeto de formação
- Refletir sobre estratégias de gestão de stress e ansiedade
- Desenvolver estratégias para melhorar o desempenho

TIPO DE CONSULTA	LOCAL	DIA/HORA	ATENDIMENTO
ACOMPANHAMENTO PSICOPEDAGÓGICO	Serviços de Ação Social	3ª feira – 10.00 às 13.00 H 14.30 às 17.30 H	Prof.ª Georgette Lima Devillet
	Complexo Andahuz	4ª feira – 14.30 às 17.30 H	

Marcação das consultas:

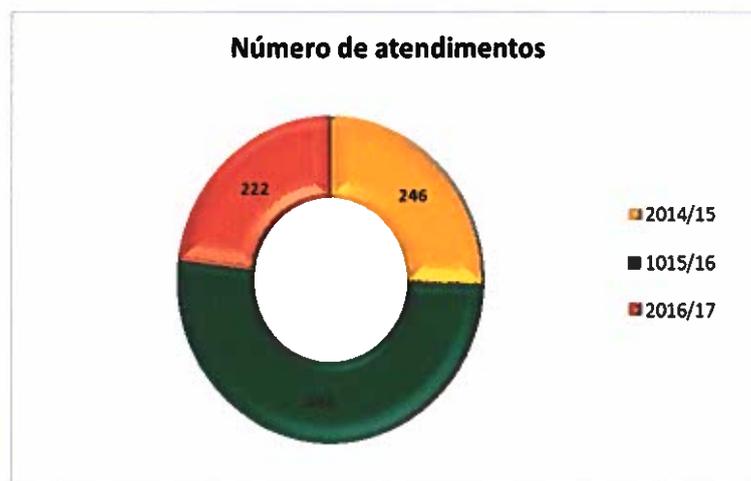
- Nos Serviços de Ação Social, junto da funcionária Cristina Ferreira ou pelo telefone 243 309 940.
- Através do e-mail: gapp@ias.ipsantarém.pt
- Pelo telemóvel: **939007500** (diretamente com a Prof.ª Georgette Devillet)
- Os estudantes da ESDRM podem marcar as sessões junto da funcionária Paula Gois

No âmbito das suas atividades o GAPP colaborou na receção, acolhimento, informação e integração/inclusão no IPSantarém de 823 estudantes do 1.º ano/1.ª vez.

Desenvolveu ainda, nas escolas do instituto, 12 workshops, com envolvimento de 270 estudantes, sobre:

- Inteligência Emocional – (gestão do stress/ansiedade de desempenho);
- Metodologia de Estudo (hábitos de estudo/sucesso escolar/treino de excelência);
- Gerir emoções em Situação de Conflito;
- Prevenção da violência do género, fair-play no namoro;
- A arte da Assertividade (saber dizer sim - saber dizer não);
- Prevenção do Abandono Escolar;
- Serviço a comunidade, voluntariado como treino da cidadania.

O número total de atendimentos no ano letivo 2016/17 foi de 222.



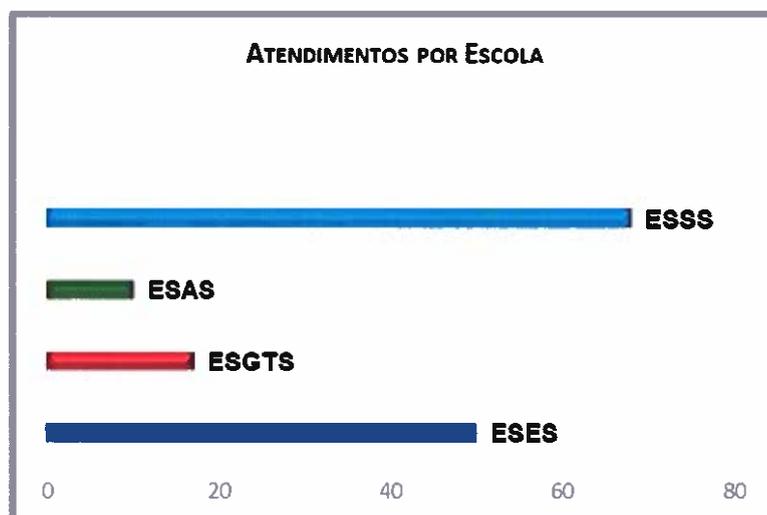
A estrutura do atendimento no presente ano letivo está refletida no gráfico seguinte.



O atendimento por género é o seguinte:



O atendimento por escola está refletido no gráfico seguinte. Na ESDRM não foram realizados atendimentos.



O GAPP participou ainda nas atividades do Observatório da Responsabilidade Social e Instituições de Ensino Superior (ORSIES), rede colaborativa que pretende fomentar a dimensão social das Instituições de Ensino Superior e promover a troca de experiências sobre as políticas e práticas de Responsabilidade Social.

Os objetivos do ORSIES são:

- Reforçar a consciência e a ação cívica da comunidade das IES;
- Desenvolver iniciativas de investigação-ação sobre RS que acrescentem valor através do conhecimento;
- Mobilizar outros stakeholders da comunidade, de âmbito nacional e local para a cooperação com as IES para a RS;
- Desenvolver ações comuns, partilhadas e com impacto social de RS nas/das IES;
- Implementar diagnósticos e benchmarking nacional e internacional que permita criar e desenvolver novas estratégias de RS;
- Partilhar metodologias, instrumentos, experiências e boas práticas;
- Desenvolver indicadores de monitorização e impacto em torno da responsabilidade, valorizando quer a dimensão quantitativa, quer a qualitativa.

Atividades desportivas e culturais

Os Serviços de Ação Social assumiram, no início do ano letivo 2008/2009, a gestão do Polidesportivo Descoberto no Complexo Andaluz e campo de Ténis, ambos no Complexo Andaluz, bem como do Ginásio de Fitness, sito no *campus* da Escola Superior Agrária.

Os objetivos estratégicos para o ano letivo em curso são:

- Promover a prática da atividade desportiva na Comunidade Académica (alunos, docentes e não docentes) do IPSantarém;
- Apoiar o Associativismo Desportivo e Cultural;
- Gerir adequadamente as Instalações Desportivas e coordenar a organização técnica das atividades Desportivas.

Os SASIPSantarém oferecem, no ginásio de fitness, várias modalidades aos elementos da comunidade académica e aos utentes externos. A sua programação é feita no início de cada ano letivo e visa ir ao encontro da satisfação dos utentes.

Atualmente estão a funcionar as seguintes modalidades: *Cardiofitness, Musculação, Cycling, Step, Total Conditioning, Hip Hop, Combat, Pilates e Circuit Training*, “Zumba” e Badminton indoor.

GINÁSIO DOS SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL DO IPSANTARÉM
CAMPUS DA ESCOLA SUPERIOR AGRÁRIA

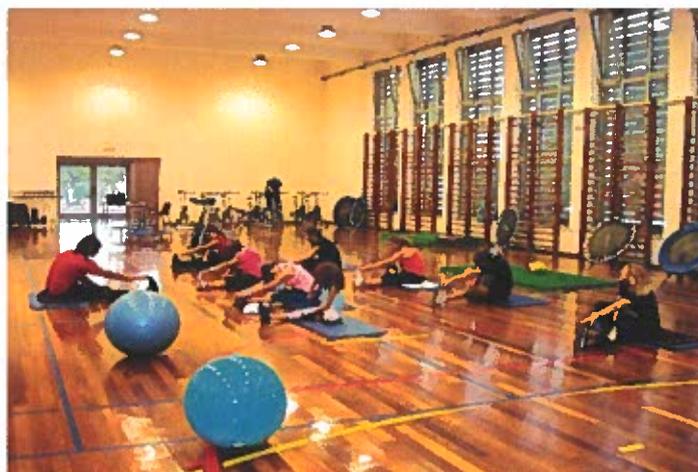
Há decisões fáceis de tomar...
Participa desportivo no IPSantarém!

	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
17h30-18h30	Cardiofitness e Musculação	Cardiofitness e Musculação	Cardiofitness e Musculação	Cardiofitness e Musculação	Cardiofitness e Musculação
18h45-19h30	Cardio	Cardio	Yoga	Step Local	Normal Fitness
19h30-20h30	Cardiofitness e Musculação	Cardiofitness e Musculação	Totipot Total Conditioning Cardiofitness e Musculação	Cardiofitness e Musculação	Cardiofitness e Musculação

DE ZUMBA, MUSCULAÇÃO, CANTINA

Programa	Enrolamentos	Participantes	Outros
	120,00 €	140,00 €	200,00 €
	15,00 €	17,00 €	20,00 €

Mais informações em www.ipsantarém.pt ou Telem. 964436212 (Prof. Miguel da Silva) - Ano letivo 2017-18



23

O número de utentes em atividade regular e registados no ginásio tem tido um incremento notável. Desde o início da exploração das atividades desportivas já se encontram mais de 950 utentes registados.

Atualmente frequentam as atividades cerca de 100 utentes.

A proveniência dos utentes do ginásio é a seguinte:

	2015/16	2016/17	2017/18
<i>Estudantes</i>	62 %	50%	21%
<i>Docentes/Não Docentes</i>	10 %	24%	28%
<i>Externos</i>	28 %	26%	51%



Para além destas atividades funciona ainda o Clube de Ténis, no Polidesportivo Andaluz.

No âmbito cultural, Os SASIPSantarém levaram a efeito a “Semana dos hábitos saudáveis”.

SEMANA DOS HÁBITOS SAUDÁVEIS

17 A 21 ABRIL 2017

Promovida por: Serviços de Ação Social do IPSantarém

DIA 17
17h30 | IPSOT IPSantarém
ABERTURA DA SEMANA
- Presidente | Presidente - Jorge Botelho
- Administrador SAS - António da Fonseca
- Coordenadora das Setores de Bolsa de Estudos, Alojamento e Recreio Social - Edite Duarte

ESTRUTURA DE ATIVIDADES

Workshop "Saber Lutar em Forma"
Professora - Miguel Silva
Instituição - Ana Catarina Loureiro

DIA 18 17h30
- ABERTURA DO INÍCIO DO PROJETO
- Apresentação do Projeto

DIA 19
18h00 | IPSOT IPSantarém
- Workshop - "Tudo Bem - Eu e os Outros"
- Presidente - Sara Raposo
- Coordenadora Gerente VESTIR
- Instituição - Maria José Casaca

DIA 20
17h30 (Semana SAS)
- SUSANA SALLES - VOCA

DIA 21
17h30 (Semana SAS)
- FITNESS (SANTARÉM ABLICFA)
- Professor - Miguel Silva
- Workshop - "Bem-estar e Bem-estar"
- Presidente - Raquel Barros
- Faculdade de Ciências
- BANCA SOLIDÁRIA
- 10 euros em apoio financeiro

Participa a sua instituição para os workshops e restantes atividades para: Edite Duarte - capd.bolsas@sas.ipsantarém.pt

INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM

Participa nesta semana contribuindo com 1 género alimentar ou 1 produto de higiene. Os bens adquiridos serão distribuídos por quem mais precisa. Poderá entregar nos SAS das 2h às 17h / 17h às 17h ou nos locais das atividades.

Seja Solidário!

Serviço de Ação Social
Complexo Amálio
3015-902 Santarém
Telefone - 22 243 800 240
Fax - 22 243 800 240
E-mail - sa@sas.ipsantarém.pt

Fundo Social para Bolsas de Colaboração (FSBC)

O Conselho de Ação Social do Instituto Politécnico de Santarém, atento à evolução das necessidades da comunidade estudantil e à conjuntura económica e social que o país vive, fase particularmente difícil para as famílias portuguesas, com diminuição de rendimentos que fragilizam a sua capacidade de fazer face aos custos com a frequência escolar dos seus elementos, em particular no ensino superior, considera que é responsabilidade do Instituto, enquanto instituição pública dedicada à formação, à difusão do conhecimento e à promoção da cidadania, desenvolver iniciativas que permitam aos estudantes mais carenciados prosseguir os seus estudos de nível superior.

Considera-se também fundamental assegurar que nenhum estudante abandona os estudos devido a dificuldades financeiras e económicas.

Foi assim criada uma tipologia de apoios sociais (diretos e indiretos), que assenta num contrato de cidadania ativa, onde o estudante se compromete a colaborar em ações/atividades definidas especificamente para esse efeito, no Instituto e suas unidades orgânicas e funcionais, compatíveis com as suas competências e disponibilidades.

Pretende-se responder, deste modo, a carências identificadas que não são totalmente ultrapassadas pelos tradicionais formatos de apoio social, atribuindo apoios financeiros aos estudantes em situação de dificuldade financeira para fazer face aos custos com a educação e à sua subsistência e contribuir para o seu desenvolvimento integral.

Enquadramento legal e institucional

Esta modalidade de apoio social inovadora orientada para os estudantes, o Fundo Social para Bolsas de Colaboração, tem por base as melhores práticas nacionais e internacionais nesta matéria e enquadra-se no disposto nos números 1 e 2 do artigo 11.º Decreto-Lei n.º 129/93, de 22 de abril, e nos termos do artigo 24.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro (RJIES).

O financiamento do FSCB do Instituto Politécnico de Santarém provém de receitas próprias do orçamento do Instituto, designadamente das propinas e do orçamento de receitas próprias dos Serviços de Ação Social, sendo o seu montante definido e aprovado anualmente pelo Conselho de Gestão do Instituto.

Objetivos

O FSBC operacionaliza-se através da concessão de uma bolsa mensal, atribuída pelos Serviços de Ação Social ou pela entidade promotora da bolsa, a qual tem como principal objetivo promover a igualdade de oportunidades no sucesso escolar, nos termos do artigo 18.º do decreto-Lei n.º 129/93, de 22 de abril e no âmbito da responsabilidade social do Instituto Politécnico de Santarém.

Pretende-se, deste modo:

Apoiar os estudantes que apresentem carências económicas e que estão empenhados em concluir o curso;

- a) Combate ao abandono escolar;
- b) Promover o sucesso escolar;
- c) Contribuir para a consolidação do percurso escolar e estímulo do reforço à qualificação académica e profissional dos estudantes;
- d) Incentivar os estudantes a participar na vida ativa em condições associadas ao desenvolvimento da atividade académica;
- e) Contribuir para o desenvolvimento de competências transversais dos estudantes;
- f) Facilitar a integração dos estudantes no mercado de trabalho;
- g) Promover a integração social e académica dos estudantes;
- h) Desenvolver nos estudantes uma cultura de voluntariado;
- i) Reforçar a ligação do IPSantarém com os seus estudantes.

A bolsa é uma recompensa, pecuniária ou em espécie, atribuída aos estudantes, pela sua participação voluntária em atividades de reconhecida relevância para a instituição.

O número de bolsas atribuídas no ano letivo 2016/17 consta do quadro seguinte.

Unidade Orgânica	Propostas/aprovadas	Atribuídas
Escola Superior Agrária - ESAS	9	6
Escola Superior de Desporto - ESDRM	5	5
Escola Superior de Educação - ESES	10	10
Serviços Centrais do Instituto – SC-IPS	7+7	0
Serviços de Ação Social - SASIPS	2	2
TOTAL	40	23

Por sua vez, a despesa total com bolsas de colaboração foi de 6.683€.

O número de bolsas propostas/aprovadas e atribuídas, por unidade orgânica foi o seguinte:

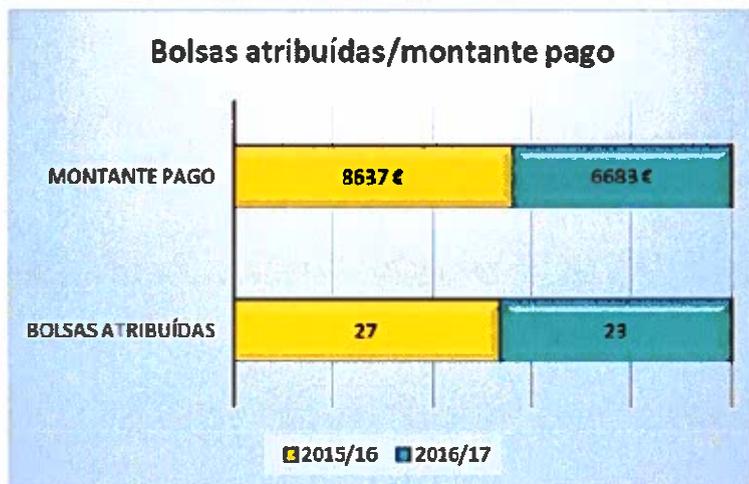


A comparação da despesa por Unidade Orgânica consta do gráfico seguinte.



72
[Assinatura]

O montante global pago foi o seguinte:



6. RECURSOS HUMANOS

Pessoal Docente

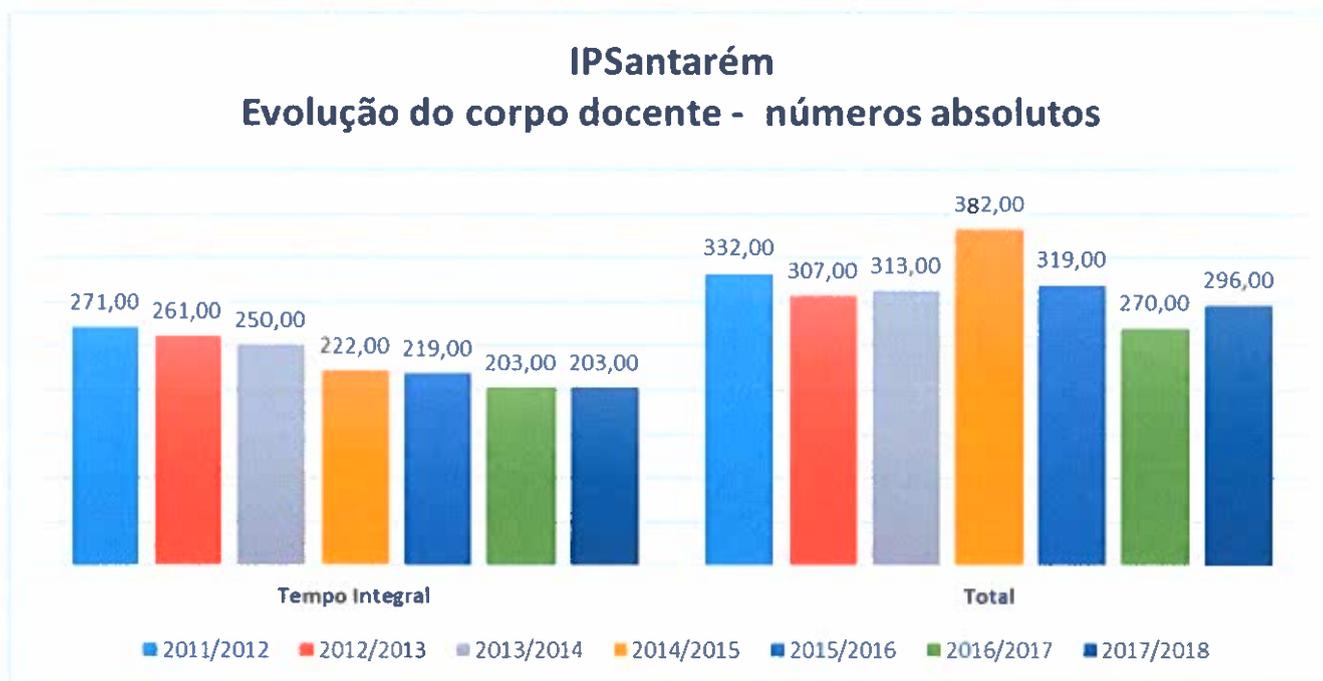
No ano letivo de 2017/2018, tendo como data de referência 31 de dezembro 2017, o corpo docente do IPSantarém integrava em números absolutos **296 docentes** (incluindo 1 Presidente do Instituto e 2 Vice-presidentes, 5 diretores e 5 subdiretores de Escola, 190 professores de carreira e 106 docentes contratados a termo certo), a que correspondem **236,53 ETIS**.

Distribuição Pessoal Docente por Unidade Orgânica (ETI)

Categorias/Pessoal docente	UNIDADES ORGÂNICAS (ETI)						TOTAL
	SC	ESAS	ESES	ESDRM	ESGTS	ESSS	
Prof. Coordenador Principal	1		2	1			4
Professor Coordenador	1	9	2	9	4	5	30
Professor Adjunto	2	30	34	26	37	25	154
Assistente					2		
SUB-TOTAL (1)	4	39	38	36	42	30	190
Assistente 2º Triénio						1	1
Equipa. Prof. Coordenador							
Equiparado a Prof. Adjunto				3	3		6
Equiparado a Assistente			1				1
Prof. Coordenador Convidado							
Prof. Adjunto Convidado	0,9	3,07	3,07	13,18	2,85	2,6	25,67
Assistente Convidado		1,37	1,47	5,31	5,71		13,86
Monitor							
SUB-TOTAL (2)	0,9	4,44	5,54	21,49	11,56	3,6	47,53
(ST 1+2) = TOTAL	4,9	43,4	43,54	57,79	53,56	33,60	236,53

Fonte –Balanço Social – Data de Referência 31 de Dezembro de 2017.

Em números absolutos a evolução registada nos últimos anos é a seguinte:



Fonte - Rebides até 2015. Restantes anos Balanço Social.

Caracterização corpo docente, em termos de dotação global, vínculo, nível etário e qualificação

Em 31/12/2017 faziam parte do corpo docente do Instituto Politécnico de Santarém **296** docentes, sendo 158 do sexo masculino e 138 do sexo feminino. Neste universo, **190** docentes tinham como relação jurídica um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e **106** docentes tinham um contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo.

Verifica-se, assim, que cerca de **64%** dos docentes detém uma relação jurídica estável (contrato por tempo indeterminado), enquanto que aproximadamente **36%** dos docentes possui um contrato a termo que, consubstanciando, embora, uma relação jurídica sem estabilidade, enquadra-se no estrito cumprimento do estatuído no artigo 30.º, números 1 e 3, do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico.

No entanto, o conjunto dos contratos a termo certo engloba ainda 7 docentes que se encontram no regime transitório ao abrigo do Decreto-Lei n.º 45/2016, de 17 de agosto, pelo que, a concretizarem-se as respetivas transições, as situações estáveis de contrato por tempo indeterminado aumentarão, passando o peso relativo atrás mencionado de 64% e 36% respetivamente para cerca de 67% e 33%, sempre dentro das balizas impostas por lei.

A distribuição do corpo docente por escalão etário, na data de referência, era a seguinte:

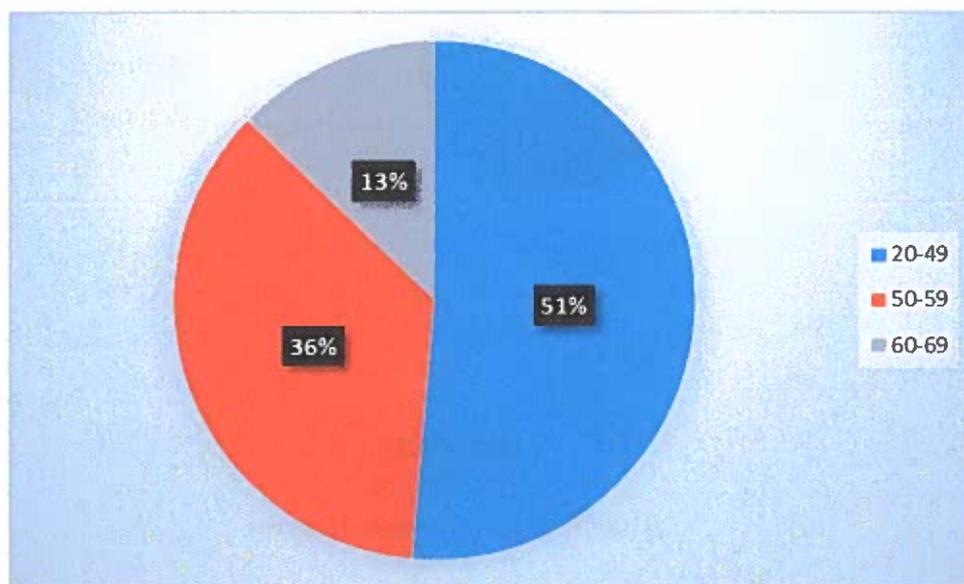
Docentes	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	70+
Masculinos	4	8	11	20	20	25	24	24	18	4	
Femininos	1	2	5	12	20	24	29	29	16	0	
Total	5,00	10,00	16,00	32,00	40,00	49,00	53,00	53,00	34,00	4,00	

Fonte – Balanço Social – Data de referência 31-12-2017

Fazendo uma agregação em apenas três escalões constata-se:

- O escalão etário dos (20-49) engloba 51,35% dos docentes (152);
- O escalão etário dos (50-59) engloba 35,81% dos docentes (106);
- O escalão etário dos (60-69) engloba 12,84% dos docentes (38).

Perspetiva de Envelhecimento Pessoal Docente



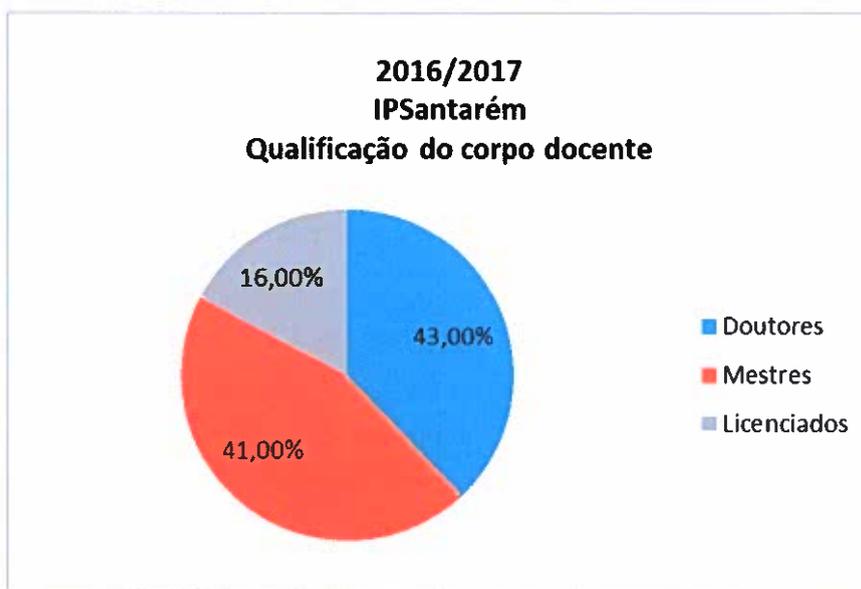
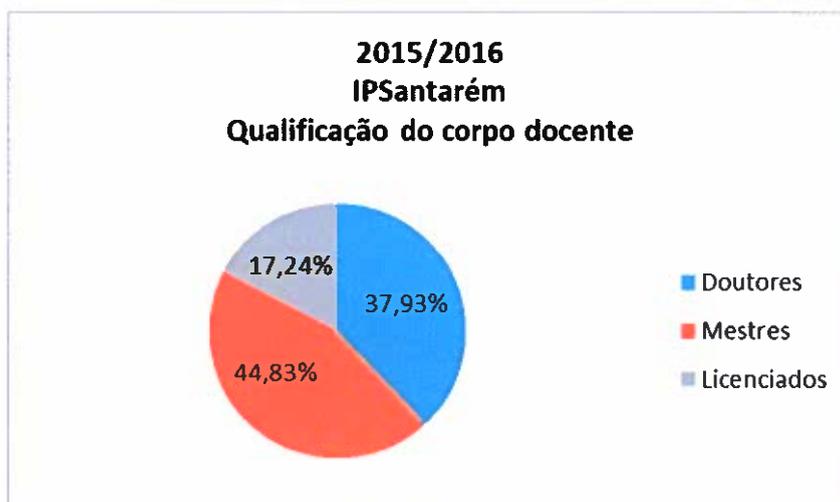
Tendo em consideração uma perspetiva de planeamento a longo prazo, a dez anos, estima-se que, em 2028, cerca de 28%, 83 docentes, ou já se terá reformado ou estará em condições de se reformar, pelo que o corpo docente apresenta um razoável nível de envelhecimento.

No que respeita ao nível de qualificação académica verifica-se que, em 31/12/2017, 43% dos docentes (117) estavam habilitados com o doutoramento; 41% dos docentes (110) detinham mestrado e 16% dos docentes (43) eram licenciados.

Nível Qualificação Académica

Graus Académicos - Docentes			
	Masculino	Feminino	Totais
Licenciatura	31	22	53
Mestrado	68	50	118
Doutoramento	59	66	125
Total	158	138	296

Fonte – Balanço Social - 31 De Dezembro 2017



2017/2018 IPSantarém Qualificação do Corpo Docente



Se considerarmos os requisitos exigidos na alínea b) do n.º 1 do art.º 49.º do RJIES (*o corpo docente das instituições de ensino Superior deve dispor de 1 docente doutorado ou detentor do título de especialista por cada 30 estudantes*) e tendo como referência os 3670 alunos inscritos no Raides, a 31 de dezembro de 2017, verifica-se que o número de estudantes por docente doutorado e ou detentor do título de especialista (atribuído nos termos do D.L. n.º 206/2009, de 31 de agosto) corresponde a cerca de 29, pelo que é claramente alcançado o objetivo exigido pelo RJIES.

Acresce que o conjunto de doutores e detentores do título de especialista (D.L. n.º 206/2009), no Instituto Politécnico de Santarém, sem sobreposição, atinge 58,5% da totalidade do pessoal docente, observando-se, de igual modo, o previsto na alínea c) do n.º 1 do citado artigo do RJIES, onde são exigidos 50% (15%+35%).

Finalmente, também em termos de categorias dos docentes de carreira, o Instituto observa claramente os limites legais, dispondo de cerca de 13% de professores coordenadores e 2% de coordenadores principais na carreira (cumprindo assim os limites previstos nos números 4 e 5 do artigo 30.º do ECPDESP).

Pessoal Não Docente

Relativamente ao pessoal não docente, existem na totalidade 174 funcionários, sendo 150 do IPSantarém e 24 dos Serviços de Ação Social. Destes 13 são dirigentes.

A sua repartição pelas Unidades é a seguinte:

Distribuição Pessoal Não Docente 31/12/2017

Carreiras- Pessoal Não Docente	SC	UNIDADES ORGÂNICAS E SAS						TOTAL
		ESAS	ESES	ESDRM	ESGTS	ESSS	SAS-IPS	
Dirigente Superior 1.º Grau								0
Dirigente Superior 2.º Grau	1						1	2
Dirigente Intermédio 1.º Grau	1	1	1	1	1	1		6
Dirigente Intermédio 2.º Grau	4							4
Dirigente Intermédio 3.º Grau							1	1
Sub-total (1)	6	1	1	1	1	1	2	13
Técnico Superior	16	14	5	9	6	5	6	61
Informático	5	2	2	1	3	1	1	15
Assistente Técnico	11	13	4	5	3	5	2	43
Assistente Operacional	4	14	3	2	1	5	13	42
Sub-total (2)	36	43	14	17	13	16	22	161
Total	42	44	15	18	14	17	24	174

Fonte – Balanço Social

Nota: Nos Serviços Centrais nos Dirigentes Superiores apenas foi incluído o Administrador (enquanto pessoal não docente)

Pessoal Não Docente – Distribuição Etária

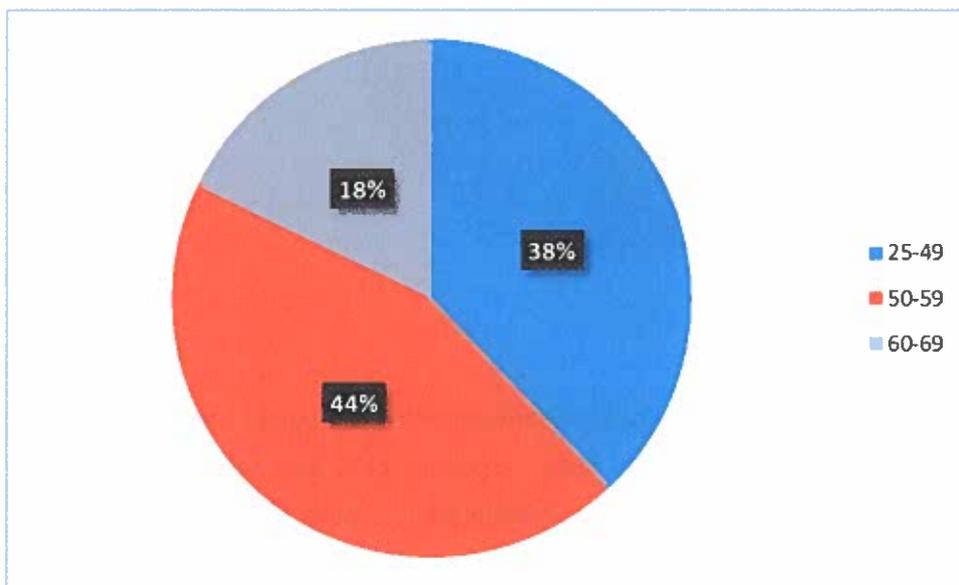
Carreira/Género	Escalaões etários																TOTAL		
	25-29		30-34		35-39		40-44		45-49		50-54		55-59		60-64			65-69	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		M	F
Dirigente Superior de 2º Grau														1				1	2
Dirigente Intermédio de 1º Grau							1	2	1			1	1						6
Dirigente Intermédio de 2º Grau									2		1	1							4
Dirigente Intermédio de 3º Grau									1										1
Técnico Superior		1	1	4	2	9	2	10	1	6	3	9	2	7		4	1		62
Assistente Técnico						2	1	2	1	5	1	11	3	8	4	3		1	42
Assistente Operacional							1	2	3		5	4	3	7	5	9		3	42
Informática					1		2		2	1		5	3	1					15
Total	0	1	1	4	3	11	7	16	8	15	9	31	14	23	9	16	2	4	174

Fonte – Balanço Social – 31 de Dezembro de 2017

Fazendo uma agregação em apenas três escalões constata-se:

- O escalão etário dos (25-49) engloba 37,9% dos não docentes (66);
- O escalão etário dos (50-59) engloba 44,3% dos não docentes (77);
- O escalão etário dos (60-69) engloba 17,8% dos não docentes (31).

Perspetiva de Envelhecimento Pessoal Não Docente

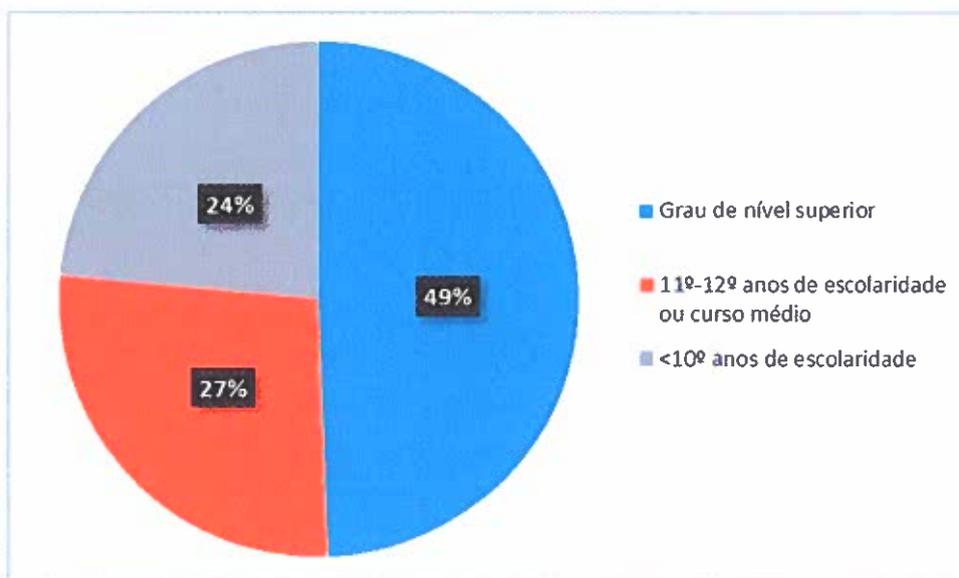


Tendo em consideração uma perspetiva de planeamento a longo prazo, a dez anos, estima-se que em 2028, cerca de 39% dos não docentes ou já se terá reformado ou estará em condições de se reformar, pelo que o corpo não docente apresenta, igualmente, um razoável nível de envelhecimento.

Nível Qualificação Académica

Não Docentes	M	F	Total
4.ª Classe	6	9	15
6.º ao 9.º ano	9	17	26
11.º ao 12.º ano	12	29	41
Bacharelato/curso médio	1	5	6
Licenciatura	17	51	68
Mestrado	7	10	17
Doutoramento	1	0	1
Total	53	121	174

Fonte – Balanço Social – 31 de Dezembro de 2017



No que respeita ao nível de qualificação académica verifica-se que, em 31/12/2017, 49% dos não docentes estavam habilitados com um curso superior; 27% dos não docentes detinham o 11.º/12.º ano ou curso médio e cerca de 24% possuía habilitações inferiores ao 12.º ano.

7. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA

Recursos Financeiros

No ano económico de 2017 a execução financeira do orçamento privativo do Instituto Politécnico de Santarém, das Unidades Orgânicas, integrou três grandes grupos de fontes de financiamento:

- As transferências do Orçamento do Estado (FF311) e respetivos saldos (FF313);
- As Receitas Próprias – Auto Financiamento (FF510);
- As receitas relativas a outras fontes onde se incluem as verbas provenientes de projetos e cujo financiamento teve diversas proveniências, em função das entidades gestoras que aprovaram as candidaturas e que neste relatório se identificam como (Outras Fontes de Financiamento), e que a seguir se discriminam:
- FF 319 – Transferências de Receitas Gerais entre organismos – DGE- Direção Geral de Educação, SFA –FCT e IFAP;
- FF 358 - Saldos de RG afetas a projetos cofinanciados;
- FF 359 – Transferências de RG afetas a projetos cofinanciados entre organismos correntes – IFAP;
- FF 411 – FEDER – Competitividade e Internacionalização;
- FF 413 – FEDER – PO Valorização do Território;
- FF 417 – FEDER – PO Regional Alentejo;
- FF 441 – FSE – QCA III;
- FF 442 – FSE – POPH;
- FF 443 – FSE – PO Fatores de Competitividade;
- FF 452 – FEADER – União Europeia – Instituições;
- FF 462 – FEAGA - União Europeia – Instituições;
- FF 480 – Outros (SFA – Instituto Politécnico de Castelo Branco, SFA-Instituto Politécnico de Viseu, União Europeia – Instituições);
- FF 520 – Saldos de RP transitados;
- FF 540 – Transferência de RP entre organismos.

A despesa constante destas fontes foi consolidada ao nível dos principais agrupamentos:

- 01.00.00 – Despesas com Pessoal;
- 02.00.00 – Aquisição de Bens e Serviços;
- 04.00.00 – Transferências Correntes;
- 06.00.00 – Outras Despesas Correntes;
- 07.00.00 – Aquisição de bens de Capital.

Com base no mapa de Fluxos de Caixa relativo à gerência de 2017, gerado pela aplicação E-Pública que suporta o sistema de Contabilidade do IPSantarém, elaborou-se o quadro número três, que reflete a execução financeira do exercício de 2017, integrando também a execução dos anos de 2015 e 2016. O mapa de Fluxos de Caixa é um dos mapas legais que faz parte da Conta de

Gerência a apresentar, entre outras entidades, ao Tribunal de Contas até 30 de Abril de cada ano, e que passa a integrar este relatório.

2015/2016/2017							
(Unidade: Euro)							
Quadro 1 - Execução Financeira do IPSantarém em 2015/2016/2017							
Receitas	2015	2016	2017	Despesas	2015	2016	2017
Saldos gerência anterior	759 406	319 118	445 177	01 - Despesas com pessoal			
Cauções Transitadas	151 075	32 614	29 144	Transferências OE[FF311]	13 151 032	12 821 841	13 517 651
Total	910 481	351 732	474 321	Receitas Próprias [FF510]	2 608 441	2 967 747	1 999 761
				Outras Fontes	9 276	557	407 892
Transferências OE [FF311]	13 175 422	12 849 463	13 523 044	Total 01	15 768 750	15 789 566	15 925 304
Receitas Próprias [FF510]	4 448 632	4 512 593	4 184 601	02-Aqui.Bens Serviços			
Total	17 624 054	17 361 966	17 687 645	Aquisição serviços [FF311]	223	20 146	4 277
				Aquisição serviços [FF313]			6 510
				Aquisição serviços [FF319]	33 769	10 170	15 271
				Aquisição serviços [FF358]	330		5 021
				Aquisição serviços [FF359]			2 276
				Aquisição serviços [FF411]	46		6 962
				Aquisição serviços [FF413]		301 904	
				Aquisição serviços [FF417]	182 612	162 705	80 945
				Aquisição serviços [FF441]	14		
				Aquisição serviços [FF442]	12 518		
				Aquisição serviços [FF443]			6 789
				Aquisição serviços [FF452]	10 382	4 816	3 559
				Aquisição serviços [FF462]	14 581		7 239
				Aqui. bens serv. (FF480/482)	172 826	47 395	80 571
				Aqui. bens servi. RP[FF510]	1 580 952	1 314,781	1 724 215
				Aqui. bens servi. RP[FF520]		14 408	2 172
				Aqui. bens servi. RP[FF540]	65 357	6 607	10 842
				Aqui. bens. RP [FF 488/910]		68 636	189 572
				Total 02	2 073 610	1 951 568	2 146 221
				03 - Outros Encargos Financ.(FF 510)	593	627	497
				Outras Fontes	55	24	0
				Total 03	655	651	497
				04 - Transferências Correntes [FF510]	87 421	110 230	111 873
				Transf. Correntes [FF480 / 482]	172 066	174 460	1 412 932
				Transf. Correntes [Outras Fontes]	39 186	30 750	20 863
				Total 04	288 673	315 439	1 545 668
				06 - Outras Desp. Correntes	30 472	38 843	30 144
Outras F. de Financiamento	716 877	1 080 775	2 111 763	Total 06	30 472	38 843	30 144
Total	716 877	1 080 775	2 111 763	07 - Aqui. Bens de Capital	609 061	220 592	338 409
				Total 07	609 061	220 592	338 409
				Total Despesa	18 781 220	18 316 581	19 986 243
				Utilização de Cauções	118 461	3 470	0
				Saldo de Cauções	32 614	29 144	29 144
				Saldo a transitar para 2015			
				Saldo a transitar para 2016	319 117,68		
				Saldo a transitar para 2017		29 144	
				Saldo a transitar para 2018			258 342
				Total de Saldos a transitar	351 732	474 321	287 486
TOTAL RECEITA	19 251 412	18 794 472	20 273 729	TOTAL	19 251 412	18 794 472	20 273 729

Nota: A rubrica da despesa Transferências Correntes (FF 480/482) integra os montantes transferidos no âmbito do Consórcio ErasmusCentro para os seguintes parceiros: Institutos Politécnicos de Coimbra, Castelo Branco, Guarda, Portalegre, Tomar e Viseu, sendo o montante total transferido de 1 272 838,98€. Este montante entrou como receita em 2017 em Outras Fontes Financiamento.



Execução da Receita

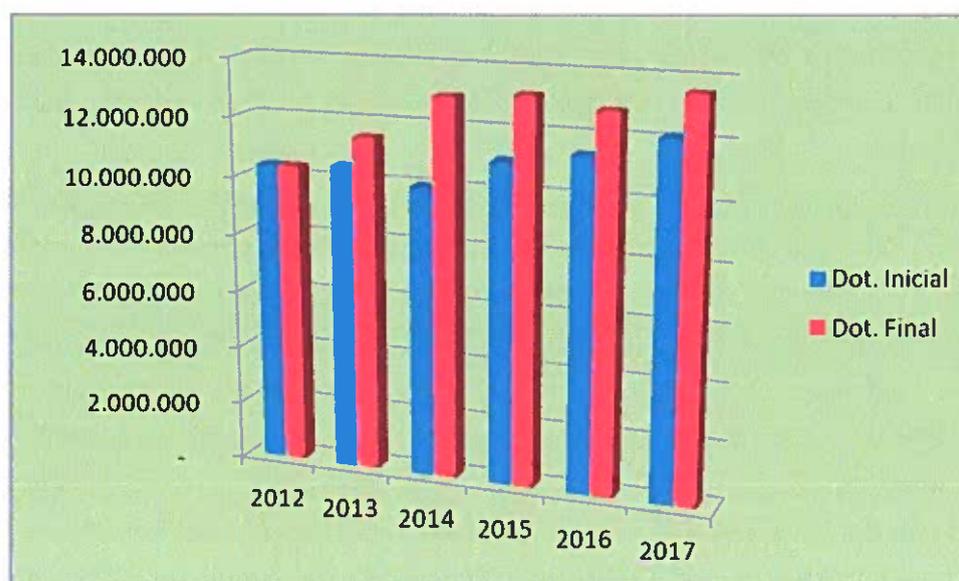
O presente relatório diz respeito à execução financeira do ano económico de 2017, porém, efetuou-se uma análise comparativa em relação aos dois últimos anos (2015 e 2016), anos em que o Instituto deu continuação à implementação das disposições previstas no novo regime jurídico das Instituições de Ensino Superior.

Com a entrada em vigor do novo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, aprovado pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, e, mercê das alterações do regime de autonomias, a afetação das dotações do Orçamento de Estado deixaram de ser feitas por Unidade Orgânica, com base na fórmula de financiamento prevista na Lei n.º 37/2010, de 18 de Janeiro, passando a ser aplicadas, quase na sua totalidade, no pagamento de despesas de pessoal cujo controlo de processamento passou a ser efetuado no setor de Recursos Humanos dos Serviços Centrais deste Instituto.

Em 20 de Agosto de 2013, pelo ofício do Secretário de Estado do Ensino Superior número 2226, foi comunicado a este Instituto a dotação inicial do Orçamento de Estado para 2014, no montante global (incluindo SASIP Santarém) de 11 415 477,00€ (FF 311). Após a dedução das dotações afetas aos SASIP Santarém (461 000,00€), foi inscrita na proposta de orçamento a dotação de 10 954 477,00€. Aquando da aprovação pelo Direção-Geral do Orçamento, verificou-se que o montante aprovado foi de 9 980 058,00€, registando uma diminuição de 9% em relação ao comunicado pelo ofício em referência. No quadro 2 estão indicadas as dotações iniciais atribuídas a este Instituto através do Orçamento de Estado, o que demonstra uma incoerência entre as dotações iniciais atribuídas pela tutela e a execução efetiva. Esta situação passou a ser recorrente nos anos seguintes, uma vez que a atribuição das dotações iniciais pela tutela tem vindo a ser manifestamente insuficientes em relação às reais necessidades do Instituto, sendo ao longo do ano corrigidas através de reforços. Esta prática obriga, e por forma a cumprir a regra do equilíbrio orçamental, que os orçamentos à partida, quando são inscritos no SIOE, sejam logo deficitários, situação que tem vindo a ser reportada anualmente às diversas tutelas e que mais uma vez se repetiu em 2017.

Quadro 2 - Dotações do Orçamento de Estado 2012 a 2017							
(Unidade Euros)							
Fonte de Financiamento	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Variação 2017/16
Dotação Inicial FF 311	10.356.173	10.500.691	9.980.058	10.997.311	11.362.273	12.067.808	1,06%
Dot. Final FF 311	10.356.173	11.456.460	12.984.479	13.175.422	12.829.124	13.523.044	1,05%
Cap. 50 do OE	1.941.500	300.000		150.000	0	0	
Totais	12.297.673	11.756.460,00	12.984.479	13.325.422	12.829.124	13.523.044	1,05%

Gráfico 2 – Evolução Dotações OE



No quadro 2 inscrevem-se as dotações do OE transferidas, no período de 2012 a 2017, através da fonte de financiamento 311 (OE). Verifica-se, assim, sobretudo a partir de 2013, que as dotações iniciais, têm sido insuficientes, o que tem levado a execuções orçamentais bastante difíceis e com permanentes alertas à tutela para a insuficiência de verbas, que geralmente são respostas no fecho do ano.

Tendo em consideração que o OE em 2017 deu para fazer face a cerca de 85% dos vencimentos dos trabalhadores deste Instituto, é notória a oscilação das execuções orçamentais, desde 2012, mercê dos impactos das medidas de redução e reposição que têm vindo a afetar, nos últimos anos, os salários dos trabalhadores da administração pública. O financiamento através do capítulo 50.º / PIDDAC reflete a cronologia da construção do Edifício de Rio Maior, tendo terminado o financiamento desta fonte em 2013.

Com a conclusão do Edifício daquela Escola, em 2015 foi apenas inscrita uma dotação de 150 000€ destinada a Investimento em Estruturas, que foi consignada à reabilitação do laboratório da ESAS.

Execução da Despesa

**Quadro 4 – Evolução da Despesa Financiada pelo OE (FF 311)
Receitas Próprias
(FF510)**

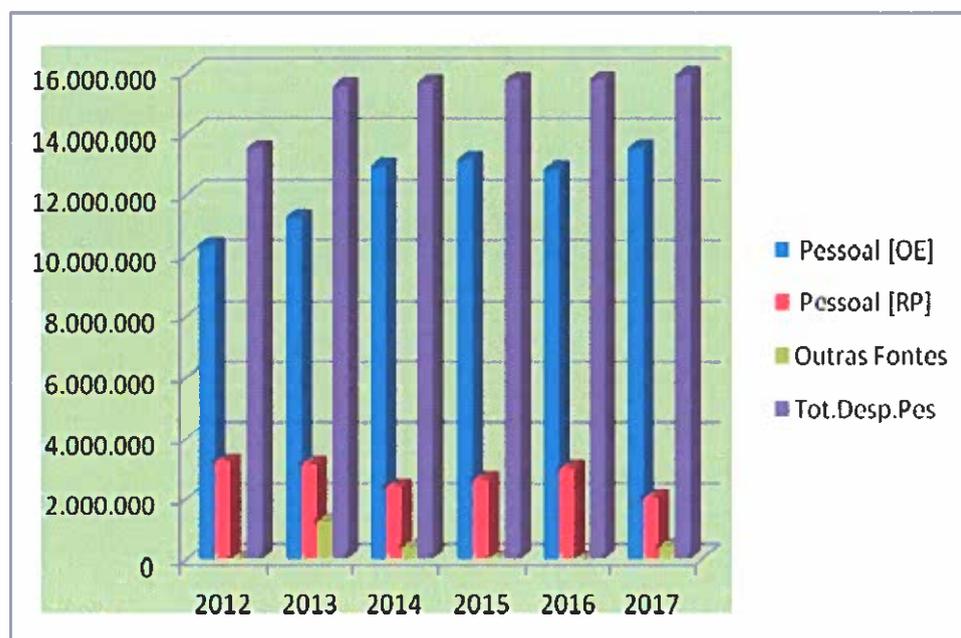
(Unidade: Euro)

Despesa	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Pessoal [OE]	10 316 384	11 229 750	12 934 511	13 151 032	12 821 840	13 517 651
Bens Serviços[OE]	14 999	0	3 379	223	20 146	4 277
Capital (OE)	0	0	0	0	0	0
Transf. Correntes (OE)	21 325	0	0	0	0	0
Total [FF311]	10 352 708	11 229 750	12 937 890	13 151 255	12 841 986	13 521 928
Pessoal [RP]	3 185 562	3 119 887	2 370 322	2 608 440	2 967 747	1 999 761
Bens Serviços [RP]	1 655 572	1 602 804	1 663 102	1 580 669	1 314 781	1 724 215
Bens de Capital (RP)	141 864	525 510	634 634	141 980	97 698	
Transf. Correntes (RP)	26 972	64 690	66 557	87 420	110 229	111 873
Outras Des. Correntes (f)	22 283	17 372	39 527	30 471	38 842	497
Total [FF510]	5 032 254	5 330 263	4 774 142	4 448 980	4 529 297	3 836 346
Pessoal	13 501 945	14 349 637	15 304 833	15 759 472	15 789 587	15 517 412
Bens Serviços	1 670 572	1 602 804	1 666 481	1 580 892	1 334 927	1 728 492
Bens de Capital	141 864	525 510	634 634	141 980	97 698	0
Transf. Correntes	48 297	64 690	66 557	87 420	110 229	111 873
Outras Des. Correntes	43 808	17 372	39 527	30 471	38 842	497
Total (FF311+510)	15 406 287	16 560 013	17 712 032	17 600 235	17 371 283	17 358 274

O quadro 4 apresenta a despesa efetuada nas duas grandes fontes de financiamento deste Instituto, dotações do OE (FF311) e Receitas Próprias (FF 510), que englobam, em média, cerca de 86% da receita e despesa deste Instituto.

Em 2017 verifica-se, relativamente a 2012, um aumento de mais 15% da despesa de pessoal, mercê da reposição dos cortes dos vencimentos dos trabalhadores na Administração Pública. Apesar deste aumento de despesa, nas rubricas de pessoal, verifica-se que nestas duas fontes se verificou uma ligeira redução da despesa total.

Gráfico 3 - Evolução da Despesa de Pessoal por Fonte Financiamento



As despesas com pessoal representaram, em 2017, cerca de 79% da despesa total deste Instituto. As dotações do OE (FF 311) têm vindo, na sua quase totalidade, a ser aplicadas em despesas com pessoal. Verifica-se, assim, que ao longo destes cinco anos, devido às reduções das dotações do OE, e para conseguir assegurar a manutenção dos efetivos necessários à prossecução da missão deste Instituto, parte das despesas de pessoal (15% em 2014, 16,5% em 2015, 19% em 2016, 13% em 2017) foram pagas, através de receitas próprias geradas pelo Instituto na (FF510). Em 2017 foram utilizados cerca de 2 milhões de euros (48% da totalidade das receitas próprias – FF 510) para pagamento de despesas de pessoal. Para além destas fontes ainda se utilizaram “Outras Fontes de Financiamento”, para pagamento de despesas com pessoal em 2017 (407 892€).

Despesas Bens e Serviços e Capital

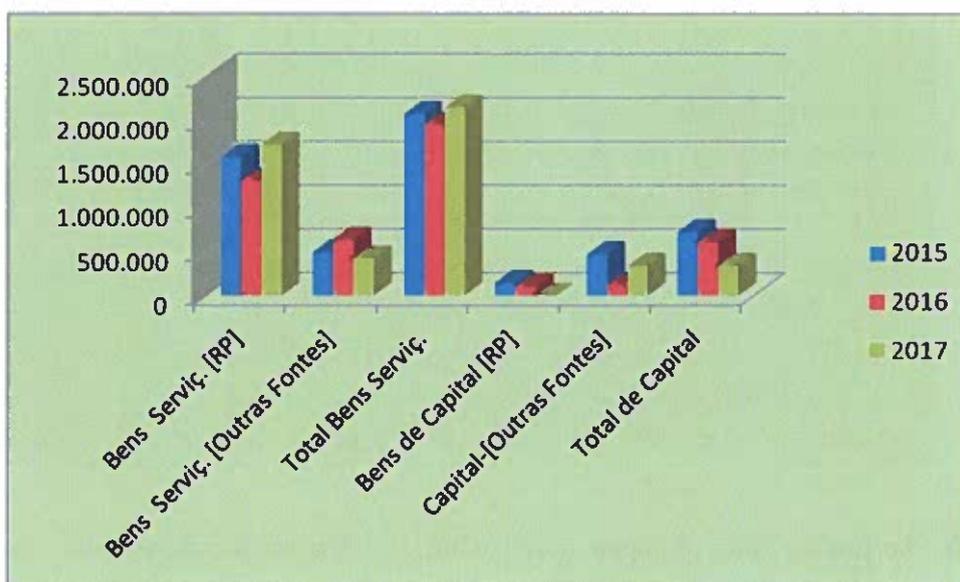
A afetação de grande parte das receitas próprias a despesas com pessoal motivou, a partir, designadamente, de 2012, um corte nas despesas com aquisição de bens e serviços financiadas por receitas próprias (FF 510) em cerca de 60%, entre 2011 e 2016. No ano de 2017 houve uma recuperação, na ordem dos 31%, no financiamento da despesa de bens e serviços pela FF 510.

Quadro 5 – Despesas Bens e Serviços e Capital

Aquisição Serviços/Capital	2015	2016	2017
Bens Serviços [RP]	1.580.669	1.314.781	1.724.215
Bens Serviços [Outras Fontes]	492.658	637.787	422.006
Total Bens e Serviços	2.073.327	1.952.568	2.146.221
Bens de Capital [RP]	141.980	97.698	0
Capital [Outras Fontes]	467.080	122.903	338.409
Total de Capital	722.068	609.060	338.409

Igualmente as receitas próprias têm vindo a financiar as despesas de capital, constatando-se que a partir de 2015 as despesas de capital têm vindo a ser suportadas, em maior percentagem, por outras fontes relativas a projetos de investigação.

Gráfico 5 – Evolução Despesas Funcionamento e Capital

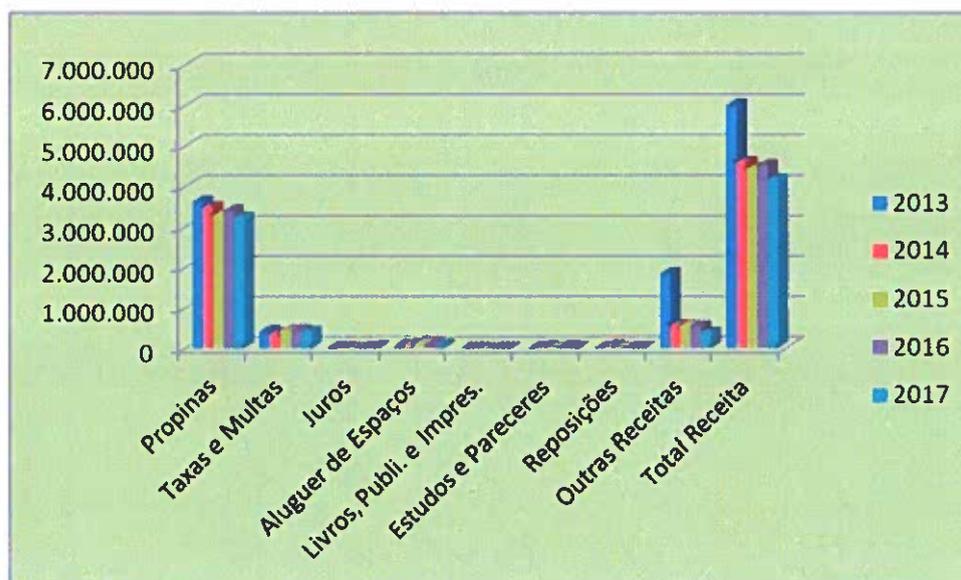


Análise da Evolução das Receitas Próprias

As receitas próprias em 2017, relativamente ao ano de 2016, apresentam uma diminuição de 347 902€. Este resultado está relacionado com redução da principal fonte de receita própria (as propinas) que, entre 2013 e 2017, reduziu cerca de 11%.

Quadro 5 - Evolução das Receitas Próprias						
Fonte de Financiamento	Tipo de Receitas	2013	2014	2015	2016	2017
FF510	Propinas	3 630 926	3 483 243	3 298 944	3 399 244	3 229 624
	Taxas e Multas	412 236	353 404	440 298	434 449	403 484
	Juros	24 030	14 653	20 386	13 485	39 408
	Aluguer de Espaços	64 326	78 722	84 912	75 833	70 186
	Livros, Publi. e Impres.	10	1 970	1 341	1 072	469
	Estudos e Pareceres	3 468	34 035	26 900	41 545	23 616
	Reposições	17 401	56 343	19 149	16 181	26 578
	Outras Receitas	1 850 309	560 083	556 700	530 693	371 236
Total da Receita		6 002 706	4 582 452	4 448 630	4 512 503	4 164 601

Para uma melhor perceção da composição da receita esta foi desagregada pelas principais rubricas, representando a receita das propinas nos últimos cinco anos, em média, cerca de 72 % da receita total.



Esta descida da receita das propinas, para além da diminuição de alunos, revela também, e principalmente a partir de 2012, os efeitos da grande crise económica e social que o país tem vindo a atravessar tendo como reflexo no abandono escolar dos estudantes e o respetivo não pagamento das propinas.

Face ao incumprimento no pagamento de propinas, este Instituto, teve necessidade de recorrer à cobrança coerciva através da Autoridade Tributária, tendo obtido os seguintes resultados em 2015, 2016 e 2017:

2015					
UO	Valor propinas em cobrança pela AT	Valor Recebido Propinas	Valor Recebido Juros	Valor Total Recebido	Valor em dívida final 2015
ESES	144.554,65 €	57.147,18 €	13.166,83 €	70.314,01 €	87.407,47 €
ESAS	34.368,96 €	5.661,15 €	1.532,18 €	7.193,33 €	28.707,81 €
ESDRM	30.638,60 €	3.910,60 €	2.658,85 €	6.569,45 €	26.728,00 €
SAS a)	22.597,28 €	1.198,78 €	126,53 €	1.325,31 €	21.398,50 €
ESGTS	289.829,56 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	289.829,56 €
Total	521.989,05	67.917,71	17.484,39	85.402,10	454.071,34

a) Para além da cobrança de propinas referentes às escolas do IPSantarém, as listagens da AT englobam também a cobrança de certidões de outras dívidas emitidas pelos Serviços de Ação Social (alojamento, reposição de bolsas de estudo).

2016					
UO	Valor propinas em cobrança pela AT	Valor Recebido Propinas	Valor Recebido Juros	Valor Total Recebido	Valor em dívida final 2016
ESES	87.407,47 €	26.044,02 €	7.309,08 €	33.353,10 €	61.363,45 €
ESAS	28.707,81 €	7.313,25 €	1.635,04 €	8.948,29 €	21.394,56 €
ESDRM	26.728,00 €	15.043,04 €	9.422,90 €	24.465,94 €	11.684,96 €
SAS a)	21.398,50 €	2.918,82 €	296,51 €	3.215,33 €	18.479,68 €
ESGTS	289.829,56 €	107.947,59 €	49.721,51 €	157.669,10 €	181.881,97 €
Total	454.071,34	159.266,72	68.385,04	227.651,76	294.804,62

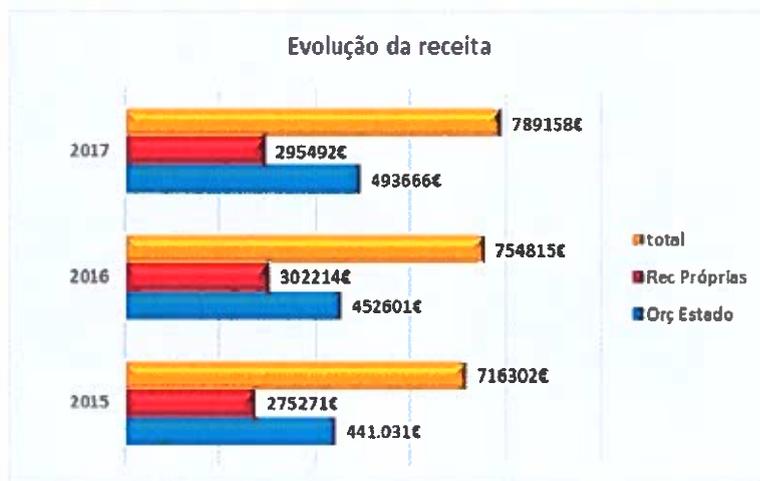
a) Para além da cobrança de propinas referentes às escolas do IPSantarém, as listagens da AT englobam também a cobrança de certidões de outras dívidas emitidas pelos Serviços de Ação Social (alojamento, reposição de bolsas de estudo).

Ano 2017					
UO	Valor propinas em cobrança pela AT	Valor Recebido Propinas	Valor Recebido Juros	Valor Total Recebido	Valor em dívida
ESES	61.103,46 €	10.600,45 €	2.981,39 €	13.581,84 €	50.503,01 €
ESAS	21.394,56 €	4.707,21 €	800,74 €	5.507,95 €	16.687,35 €
ESDRM	80.958,02 €	24.954,28 €	9.640,06 €	34.594,34 €	56.003,74 €
SAS	19.279,68 €	2.232,71 €	125,60 €	2.358,31 €	17.046,97 €
ESGTS	175.241,37 €	52.320,37 €	18.283,67 €	70.604,04 €	122.921,00 €
Total	357.977,09 €	94.815,02 €	31.831,46 €	126.646,48 €	263.162,07 €

a) Para além da cobrança de propinas referentes às escolas do IPSantarém, as listagens da AT englobam também a cobrança de certidões de outras dívidas emitidas pelos Serviços de Ação Social (alojamento, reposição de bolsas de estudo).

Serviços de Ação Social

Relativamente à execução orçamental nos SASIPSantarém verifica-se uma trajetória descendente da receita como se verifica pelo gráfico seguinte.



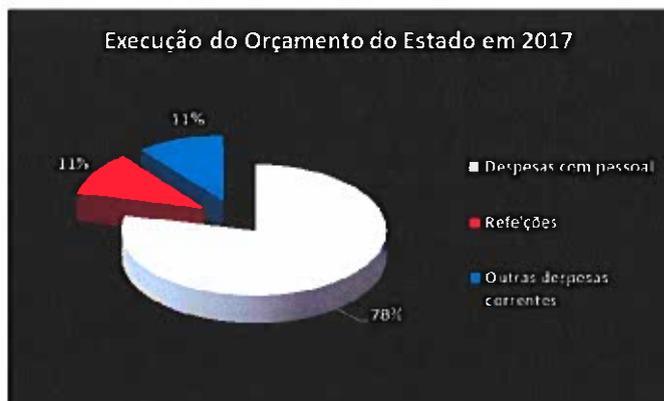
Apresenta-se, agora, uma análise sucinta da evolução financeira dos SASIPS nos anos referidos.

Saldos transitados da gerência anterior	2015	2016	2017
Orçamento de Estado	17.121	13.955	4.079
Receitas Próprias	44.179	41.647	10.909
Subtotal	61.300	55.602	14.988
Orçamento anual	2015	2016	2017
Orçamento de Estado	441.031	452.601	493.666
Receitas Próprias cobradas	275.271	302.214	295.492
Subtotal	716.302	754.815	789.158
TOTAL	777.602	810.417	804.146

Despesa

A maior "fatia" das transferências da Fonte de Financiamento 311 (OE) encontra-se sistematicamente afeta a despesas com o pessoal. Pela situação verificada as outras despesas correntes tiveram de ser, maioritariamente, financiadas pela Fonte de Financiamento 510 – Receitas próprias.

Mostremos, agora a execução das verbas provenientes do Orçamento do Estado (FF 311).



A execução da despesa por agrupamento económico é a seguinte:



Os saldos que transitam para a gerência seguinte (2018) são de 51.762 euros. A sua repartição por fonte de financiamento é a que se apresenta no gráfico seguinte.



Execução financeira consolidada (IPSantarém e SASIPSantarém)

A execução financeira consolidada do Grupo IPSantarém é a que consta do mapa seguinte.

Execução Financeira							
2017 - Consolidação IPSantarém e SAS							
(Unidade: Euro)							
Quadro 1 - Execução Financeira do IPSantarém e SAS em 2017							
Recetas	SAS	IPS	Total Consolidado	Despesas	SAS	IPS	Total Consolidado
Saldo Transitado Gerência Anterior	-8.260,07 €	468.425,72 €	460.165,65 €	01 - Despesa com Pessoal			
Cauções Transitadas/Operações Tesouraria	53.069,87 €	29.143,90 €	82.213,77 €	Transferências OE [FF 311]	386.607,96 €	13.517.651,09 €	13.904.259,05 €
Total	44.809,80 €	497.569,62 €	542.379,42 €	Despesas Pessoal Saldo [FF 311]	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Apresentação Cauções/Operações Tesouraria/Recetas Estado	246.335,37 €	7.944.406,57 €	8.190.741,94 €	Despesas Pessoal Saldo [FF 510]	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Transferências OE [FF 311]	493.666,00 €	13.523.044,00 €	14.016.710,00 €	Pagto com Recetas Próprias [FF 510]	23.498,90 €	1.999.761,21 €	2.023.260,11 €
Recetas Próprias [FF 510]	292.232,76 €	4.164.601,08 €	4.456.833,84 €	Outras Fontes	0,00 €	407.891,25 €	407.891,25 €
Total	785.898,76 €	17.687.645,08 €	18.473.543,84 €	Total 01	410.106,86 €	15.925.303,55 €	16.335.410,41 €
Recetas PIDDAC				02 - Aquisição Bens e Serviços			
EX-PIDDAC/Investimentos Estruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	Aquisição Bens e Serviços [FF 311]	105.667,21 €	4.276,81 €	109.944,02 €
FF 312 ESDRM [PIDDAC 6740]	0,00 €	0,00 €	0,00 €	PIDDAC: CETS/PROTEC	0,00 €	0,00 €	0,00 €
ESDRM (Cantina) [PIDDAC 6742]	0,00 €	0,00 €	0,00 €	Aquisição Bens e Serviços [FF 417]	0,00 €	80.944,87 €	80.944,87 €
FF 540 Câmara Rio Maior	0,00 €	0,00 €	0,00 €	Aquisição Bens e Serviços RP [FF 510]	201.410,94 €	1.720.622,69 €	1.922.033,63 €
FF 413 - FEDER - Val. Term.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	Total 02	307.078,15 €	1.805.844,37 €	2.112.922,52 €
Total	0,00 €	0,00 €	0,00 €	03 - Juros e Outros Encargos			
Recetas Outras Fontes Financiamento	4.074,80 €	2.111.762,50 €	2.115.837,30 €	Outros Encargos Financeiros [FF 510]	2.507,06 €	496,85 €	3.003,91 €
Total Outras FF	4.074,80 €	2.111.762,50 €	2.115.837,30 €	Outras Fontes	0,00 €	0,00 €	0,00 €
				Total 03	2.507,06 €	496,85 €	3.003,91 €
				04 - Transferências Correntes			
				Transferências Correntes [FF 510]	11.213,08 €	111.873,12 €	123.086,20 €
				Transferências Correntes [FF 480]	0,00 €	0,00 €	0,00 €
				Transferências Correntes [Outras FF]	0,00 €	1.433.794,83 €	1.433.794,83 €
				Total 04	11.213,08 €	1.545.667,95 €	1.556.881,03 €
				06 - Outras Despesas Correntes			
				Outras Despesas Correntes [FF 510]	3.543,91 €	22.675,53 €	26.219,44 €
				Total 06	3.543,91 €	22.675,53 €	26.219,44 €
				07 - Aquisição Bens Capital			
				ESDRM (Edifício) [PIDDAC 6740]	0,00 €	0,00 €	0,00 €
				ESDRM (Edifício) [PIDDAC 6742]	0,00 €	0,00 €	0,00 €
				Furo ESAS [PIDDAC 7020]	0,00 €	0,00 €	0,00 €
				Capital [FF 510]	18.666,55 €	240.168,14 €	258.834,69 €
				Capital [Outras FF]	0,00 €	97.439,61 €	97.439,61 €
				Total 07	18.666,55 €	337.607,75 €	356.274,30 €
				Despesas Outras Fontes Financiamento	3.344,57 €	345.387,30 €	348.731,87 €
				Total Outras FF	3.344,57 €	345.387,30 €	348.731,87 €
				TOTAL DESPESA	756.460,18 €	19.982.983,30 €	20.739.443,48 €
				Entrega Cauções/Operações Tesouraria/Recetas Estado	239.920,18 €	7.932.448,85 €	8.172.370,03 €
				Saldo a Transferir			
				Saldo de Cauções/Operações de Tesouraria	59.485,06 €	41.100,62 €	100.585,68 €
				Total de Saldo a Transferir	25.253,31 €	284.850,00 €	310.103,31 €
TOTAL RECEITA	1.081.118,73 €	28.241.383,77 €	29.322.502,50 €	TOTAL	1.081.118,73 €	28.241.383,77 €	29.322.502,50 €

Nota: A rubrica da despesa Transferências Correntes (FF 480/482) integra os montantes transferidos no âmbito do Consórcio

ErasmusCentro para os seguintes parceiros: Institutos Politécnicos de Coimbra, Castelo Branco, Guarda, Portalegre, Tomar e Viseu, sendo o montante total transferido de 1 272 838,98€. Este montante entrou como receita em 2017 em Outras Fontes Financiamento.



Situação Patrimonial e Financeira

Síntese das contas consolidadas

Nesta parte, o relatório de gestão e contas consolidado referente ao exercício de 2017, analisa o desempenho em termos económicos e financeiros.

Apresenta-se de seguida uma síntese do balanço e da demonstração de resultados por entidade incluída na consolidação.

Síntese do balanço por entidade incluída na consolidação

unidade:euros

Balanço	IPSantarém 2017	IPSantarém 2016	SAS 2017	SAS 2016	Total Consolidado 2017	Total Consolida do 2016
Ativo Líquido						
Imobilizações Incorpóreas	7 387	7 387	0	0	7 387	7 387
Imobilizações Corpóreas	34 795 411	35 310 819	4 538 487	4 625 291	39 333 898	39 936 110
Investimentos Financeiros	29 007	29 007	0	0	29 007	29 007
Existências	0	0	0	0	0	0
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	2 529 547	2 272 697	40 568	33 895	2 570 115	2 306 592
Dep. Instituições Financeiras e Caixa	302 702	474 321	107 987	68 058	410 689	542 379
Acréscimos e Diferimentos	12 493	21 127	8 674	10 611	21 167	31 738
Total do Ativo	37 676 548	38 115 359	4 695 716	4 737 855	42 372 264	42 853 213
Fundos Próprios e Passivo						
Fundos Próprios	28 430 619	28 430 619	3 650 796	3 650 796	32 081 415	32 081 415
Reservas	0	0	0	0	0	0
Resultados Transitados	5 194 898	5 815 179	968 665	1 091 653	6 163 563	6 906 831
Resultado Líquido do Exercício	-409 803	-620 281	-53 397	-122 987	-463 200	-743 269
Provisões para Riscos e Encargos	0	0	0	0	0	0
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	41 101	29 144	60 012	53 388	101 112	82 531
Acréscimos e Diferimentos	4 419 733	4 460 698	69 639	65 005	4 489 373	4 525 704
Total dos Fundos Próprios e Passivo	37 676 548	38 115 359	4 695 716	4 737 855	42 372 264	42 853 213

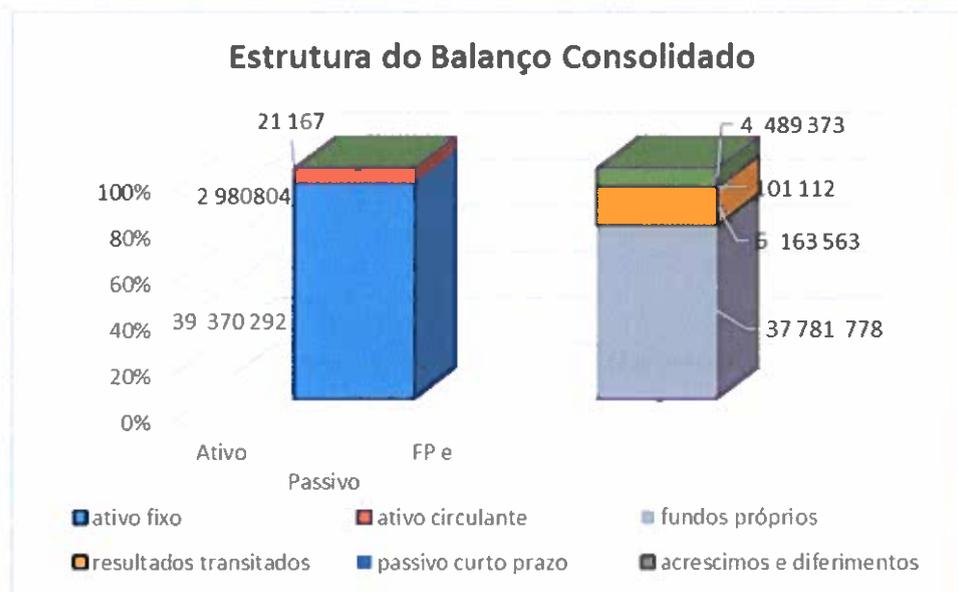
Síntese da demonstração de resultados por entidade incluída na consolidação

Demonstração de Resultados	IPSantarém 2017	IPSantarém 2016	SAS 2017	SAS 2016	Anulações 2017	Anulações 2016	Total Consolidado 2017	Total Consolidado 2016
Custos e perdas	0	0	0	0	0	0	0	0
Mercadorias	0	0	0	0	0	0	0	0
Fornecimentos e Serviços Externos	2 113 461	1 964 504	313 141	290 991	3 260	1 760	2 423 342	2 253 735
Custos com Pessoal	15 975 020	15 769 841	422 982	422 106	0	0	16 398 001	16 191 947
Transferências Correntes	1 470 577	265 077	1 098	50 874	0	21 488	1 471 676	294 463
Amortizações	838 837	847 526	106 651	107 766	0	0	945 488	955 291
Provisões	0	0	2 030	5 922	0	0	2 030	5 922
Outros Custos Operacionais	23 544	20 708	10	0	0	0	23 554	20 708
Custos e Perdas Financeiros	9 880	9 346	1 980	2 033	0	0	11 860	11 379
Custos e Perdas Extraordinários	7 387	4 220	1 050	1 705	0	0	8 437	5 925
Total Custos e Perdas	20 438 706	18 881 222	848 943	881 397	3 260	23 248	21 284 389	19 739 371
Proveitos e ganhos								
Vendas e Prestações de Serviços	253 788	188 421	262 700	237 154	3 260	1 649	513 227	423 925
Impostos e Taxas	3 858 499	3 642 003	1 252	1 831	0	0	3 859 751	3 643 834
Proveitos Suplementares	156 307	159 694	35 037	27 627	0	1 291	191 345	186 030
Transferências Correntes e Outras	15 677 707	14 125 251	497 741	482 415	0	20 309	16 175 447	14 587 358
Outros Proveitos Operacionais	0	0	0	0	0	0	0	0
Proveitos e Ganhos Financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0
Proveitos e ganhos Extraordinários	79 342	145 574	2 076	9 383	0	0	81 418	154 956
Total dos Proveitos e Ganhos	20 025 643	18 260 941	798 806	758 410	3 260	23 248	20 821 189	18 996 103
Result. Operacionais	-475 138	-752 288	-49 183	-128 632	0	0	-524 320	-880 920
Result. Financeiros	-9 880	-9 346	-1 980	-2 033	0	0	-11 860	-11 379
Result. Extraordinários	71 955	141 354	1 026	7 677	0	0	72 981	149 031
Resultados Líquidos Exercício	-413 063	-620 281	-50 137	-122 987	0	0	-463 200	-743 269

Balanço consolidado

A análise ao balanço do Grupo IPSantarém à data de 31 de dezembro de 2017, permite concluir que o ativo líquido ascende a 42 372 264€. Está suportado por um património no montante de +37 781 778€, constituído pela verba de 32 081 415€ relativa a Fundos Próprios, por 6 163 563€ relativos a Resultados Transitados, e um Resultado Líquido de – 463 200€, o que representa uma adequada autonomia financeira.

O passivo, constituído essencialmente por acréscimos de custos referentes a remunerações a liquidar e proveitos diferidos, cujo valor global ascende a 4 489 373€, corresponde a cerca 10,6% do total do balanço.



Estrutura do ativo líquido

O quadro seguinte mostra-nos os valores das várias componentes do ativo líquido no ano de 2017, o seu peso relativo e a sua variação face ao ano de 2016.

O ativo líquido ascendeu a 42 372 264€, o que representa um decréscimo de cerca de 1,1% em relação a 2016, motivado pela diminuição das imobilizações corpóreas. Verifica-se ainda um aumento de dívidas de terceiros e uma diminuição das disponibilidades.

Composição do ativo líquido

Ativo líquido	2017		2016		\ 2017/2016 Valor
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	
Imobilizações Incorpóreas	7 387	0,02%	7 387	0,02%	0
Imobilizações Corpóreas	39 333 898	92,83%	39 936 110	93,19%	-602 212
Investimentos Financeiros	29 007	0,07%	29 007	0,07%	0
Existências	0	0,00%	0	0,00%	0
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	2 570 115	6,07%	2 306 592	5,38%	263 523
Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa	410 689	0,97%	542 379	1,27%	-131 690
Acréscimos e Diferimentos	21 167	0,05%	31 738	0,07%	-10 570
TOTAL	42 372 264	100,00%	42 853 213	100,00%	-480 950

Ativo fixo

O ativo fixo integra as imobilizações incorpóreas, corpóreas e investimentos financeiros. Ascendeu a 39 370 292€ e representa cerca de 93% do ativo. É constituído essencialmente por edifícios e outras construções e equipamento e material básico.

Ativo circulante

O ativo circulante totaliza 2 980 804€ (Dívidas de Terceiros e Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa) correspondente a cerca de 7% do ativo total. Traduz um aumento de 5% relativamente ao ano de 2016, resultado do acréscimo de dívidas de terceiros a curto prazo.

Estrutura dos fundos próprios e passivo

O quadro seguinte evidencia os valores das várias rubricas dos fundos próprios e passivo, o seu peso relativo e a sua variação face ao ano anterior.

Composição dos fundos próprios e passivos

Fundos próprios e passivos	2017		2016		Δ 2017/2016
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor
Património	32 081 415	75,71%	32 081 415	74,86%	-
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-
Resultados transitados	6 163 563	14,55%	6 906 831	16,12%	- 743 269
Resultado líquido do exercício	- 463 200	-1,09%	- 743 269	-1,73%	280 069
Total de fundos próprios	37 781 778	89,17%	38 244 978	89,25%	- 463 200
Provisões para riscos e encargos	-	0,00%	-	0,00%	-
Dívidas a terceiros - curto prazo	101 112	0,24%	82 531	0,19%	18 581
Acréscimos e diferimentos	4 489 373	10,60%	4 525 704	10,56%	- 36 331
Total do passivo	4 590 485	10,83%	4 608 235	10,75%	- 17 750
TOTAL	42 372 264	100,00%	42 853 213	100,00%	- 480 950

Fundos próprios

Em 2017, os fundos próprios atingiram o montante de 37 781 778€, representando um decréscimo de cerca de 0,2% relativamente ao ano de 2016, devido ao resultado líquido de exercício negativo de 463 200€.

Passivo

O passivo ascendeu a 4 590 485€, tendo registado uma diminuição de 17 750€ relativamente a 2016. Esta variação deveu-se essencialmente a uma diminuição dos acréscimos e diferimentos.

Demonstração de resultados consolidados

O resultado líquido do exercício consolidado do Grupo, em 2017 foi negativo e cifrou-se no montante de -463 200€, verificando-se uma melhoria face ao resultado obtido no ano anterior (- 743 269€).

Resumo da Demonstração de Resultados

unidade: euros

Resultados	2017	2016
R. Operacionais	-524 320	-880 920
R. Financeiros	-11 860	-11 379
R. Extraordinários	72 981	149 031
R. Líquidos	-463 200	-743 269

Estrutura de custos e perdas

A evolução da estrutura de custos e perdas consolidadas entre 2017 e 2016 está representada no quadro seguinte. Consta-se que existiu um aumento global de custos em 2017, na ordem de 1 545 018€, correspondente a 7,83%. Este resultado depende sobretudo do aumento dos custos operacionais.

Estrutura de custos e perdas

Custos e Perdas	2017		2016		Δ 2017/2016	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	valor	%
Custo Mercadorias Vend	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Matérias Consumidas	2 423 342	11,39%	2 253 735	11,42%	169 607	7,53%
Fornecimentos e Serviços Externos	1 471 676	6,91%	294 463	1,49%	1 177 213	399,78%
Transferências Correntes Conc e Prestações Sociais	16 398 001	77,04%	16 191 947	82,03%	206 054	1,27%
Outros Custos e Perdas Operacionais	23 554	0,11%	20 708	0,10%	2 846	0,00%
Amortizações e Provisões do Exercício	947 519	4,45%	961 213	4,87%	-13 695	-1,42%
Total dos Custos Operacionais	21 264 091	99,90%	19 722 067	99,91%	1 542 025	7,82%
Custos e Perdas Financeiros	11 860	0,06%	11 379	0,06%	481	4,23%
Total dos Custos Financeiros	11 860	0,06%	11 379	0,06%	481	4,23%
Custos e Perdas Extraordinários	8 437	0,04%	5 925	0,03%	2 512	42,40%
Total dos Custos e Perdas Extraordinárias	8 437	0,04%	5 925	0,03%	2 512	42,40%
TOTAL	21 284 389	100,00%	19 739 371	100,00%	1 545 018	7,83%

Estrutura de proveitos e ganhos

Estrutura de proveitos e ganhos

Proveitos e ganhos	2017		2016		Δ 2017/2016	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	%
Vendas e prestações de serviços	513 227	2,46%	423 925	2,23%	89 302	21,07%
Impostos e taxas	3 859 751	18,54%	3 643 834	19,18%	215 917	5,93%
Trabalhos para a própria entidade	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Proveitos suplementares	191 345	0,92%	186 030	0,98%	5 315	2,86%
Transf e subsídios correntes obtidos	16 175 447	77,69%	14 587 358	76,79%	1 588 090	10,89%
Total dos proveitos operacionais	20 739 771	99,61%	18 841 147	99,18%	1 898 624	10,08%
Proveitos e ganhos financeiros	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Total dos proveitos financeiros	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Proveitos e ganhos extraordinários	81 418	0,39%	154 956	0,82%	-73 538	-47,46%
Total proveitos e ganhos extraordinários	81 418	0,39%	154 956	0,82%	-73 538	-47,46%
TOTAL	20 821 189	100,00%	18 996 103	100,00%	1 825 087	9,61%

Os proveitos e ganhos atingiram um montante global de 20 821 189€, o que representa um aumento na ordem de 1 825 087€, correspondente a 9,61% em termos relativos.

Esta variação explica-se pelo aumento das receitas de taxas e transferências do OE

8. CONCLUSÃO

Analisada a situação orçamental e económico-financeira do Grupo IPSantarém em 2017, torna-se importante realçar os seguintes aspetos:

- Esforço desenvolvido na racionalização e contenção da despesa;
- Desenvolvimento de estratégias para aumento das receitas próprias;
- Cumprimento rigoroso dos orçamentos, da regra do equilíbrio orçamental e da unidade de tesouraria;
- Cumprimento da lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro);
- Aplicação da Lei n.º 7/2010 (ECPDESP), da qual resultou aumento das despesas com pessoal e conseqüente esforço orçamental.

Santarém, 20 de junho de 2018

O Conselho de Gestão,

